

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

POLÍTICA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Rita de Cássia Coelho

Alessio Lima

Jaqueline Pasuch

Mediação: Maria Thereza Marcilio



SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Política Nacional de Avaliação
da e na Educação Infantil

Rita Coelho

Algumas Reflexões

(...) estamos vivendo um processo de formalização de uma política de avaliação, ainda sem estar claro se da ou na educação infantil. Isso é, o termo/tema avaliação está entrando no campo da educação infantil delimitando um novo “problema social” para sua política, já que a educação infantil não constitui um recorte, até agora, da produção sobre avaliação na educação básica. Ao assumir o status de problema social, a avaliação na/da educação infantil apela por atenção pública como uma questão de política social (...)

(...) Isso não significa que a educação infantil não tenha processado avaliações antes deste momento. Como se afirmou, o argumento aqui sustentado é que, desde há muito, na educação infantil, avalia-se e trata-se da avaliação, mas não de modo recortado, denominado e enquadrado como um problema social, demarcando campo de conhecimento e ação política e, conseqüentemente, território em disputa (ROSEMBERG, 2013, p.48)

Por que avaliar?

- Analisar o que está ocorrendo, a fim de tomar decisões que permitam atingir metas/objetivos;
- Melhorar o processo de implementação de políticas;
- Consolidar a identidade da Educação Infantil.

Subsídios

2009

- Indicadores da Qualidade na Educação Infantil;
- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação infantil (CNE/CEB);

2011

- Posicionamento coletivo nacional contra instrumentos de avaliação do desenvolvimento da criança;
- Criação de Grupo de Trabalho de Avaliação da Educação Infantil – instituído pela Portaria Ministerial nº 1.147/2011;

2012

- Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação da Educação Infantil;

Subsídios

2013

Portarias INEP nº 99, 14 de março de 2013 e nº 360, 9 de julho de 2013, designou e criou, respectivamente, Grupo de Trabalho de Avaliação da Educação Infantil como as seguintes atribuições:

- a) Analisar, discutir e sugerir melhorias para o aprimoramento da proposta de Avaliação da Educação Infantil a ser delineada pela Comissão Assessora de Especialistas para avaliação da educação infantil;
- b) Validar a proposta de avaliação da educação infantil apresentada pela Comissão Assessora de Especialistas;
- c) Indicar pesquisadores e/ou instituições para compor a Comissão de Especialistas para avaliação da educação infantil, de acordo com o perfil a ser definido pelo Inep.

Subsídios

2013

Portarias INEP nº 99, 14 de março de 2013 e nº 360, 9 de julho de 2013

Art. 1º - Nomear, para compor o Grupo de Trabalho de Avaliação da Educação Infantil, com o objetivo de desenvolver estudos e formular uma proposta para avaliação da educação infantil:

- a) Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) - INEP
- b) Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) - INEP
- c) Secretaria de Educação Básica - Ministério da Educação SEB/MEC
- d) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
- e) Associação Nacional de Pesquisadores em Educação - ANPED
- f) Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE
- g) União Nacional de Secretários Municipais de Educação - UNDIME
- h) União dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME
- i) Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB
- j) Rede Nacional para a Primeira Infância - RNPI
- k) Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação - CNTE
- l) Associação Brasileira de Avaliação Educacional - ABAVE

Subsídios

2013

Portaria INEP nº 505, 23 de agosto de 2013 que criou a Comissão de Especialistas com os objetivos de:

- a) Delinear proposta de referencial teórico, referencial metodológico, periodicidade e abrangência da Avaliação da Educação Infantil;
- b) Propor instrumentos e metodologia de análise da Avaliação da Educação Infantil;
- c) Elaborar cronograma de implementação da Avaliação da Educação Infantil;
- d) Articular, por meio de reuniões periódicas, a condução das atividades com o GT de discussão da implementação da Avaliação da Educação Infantil;
- e) Instrumentalizar o Inep com as informações necessárias para a execução da proposta de Avaliação da Educação Infantil.

Subsídios

2013

Portaria INEP nº 505, 23 de agosto de 2013,

Art. 1º - Nomear, para compor a Comissão de Especialistas da Avaliação da Educação Infantil, com o objetivo de desenvolver estudos e formular uma proposta para avaliação da educação infantil:

1. Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho - UFPA
2. Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto - IPEA
3. Catarina de Souza Moro - UFPR
4. Eloisa Acires Candal Rocha - UFSC
5. Fúlvia Rosemberg – FCC/PUC-SP
6. Gizele de Souza - UFPR
7. Fátima Cristina de Mendonça Alves - ABAVE
8. Jorge Abrahão de Castro – MPOG
9. Lívia Maria Fraga Vieira - UFMG
10. Sandra Maria Zakia Lian Sousa - USP

Subsídios

2013

Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013 que altera as diretrizes e bases da educação nacional;

2014

Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014;

“avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em **parâmetros nacionais de qualidade**, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes”.

Subsídios

1995

Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças;

1998

Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação infantil;

2008

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil;

Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil

2009

Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta da educação infantil;

2012

Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial.

Brinquedos e Brincadeiras nas Creches

Oferta e demanda da Educação infantil no Campo

Momento Atual

Estabelecidas as diretrizes da avaliação da Educação Infantil:

- seja coerente com as finalidades e características da educação infantil;
- inclua ações coordenadas pelos diferentes níveis de governo;
- produza informações capazes de balizar iniciativas das diversas instâncias governamentais;
- articule-se às iniciativas de avaliação institucional já em realização por redes e escolas públicas;
- seja abrangente, prevendo indicadores relativos a insumos, processos e resultados;
- considere os determinantes intra e extra institucionais que condicionam a qualidade da educação;
- pautar-se por uma perspectiva democrática e inclusiva, não induzindo a competição em detrimento de relações compartilhadas;
- promova um processo participativo capaz de viabilizar a dimensão formativa da avaliação, estimulando diferentes atores e setores a contribuir na definição e
- acolhimento de parâmetros de qualidade;
- leve em conta contribuições de propostas e experiências divulgadas em âmbito nacional e internacional.

Momento Atual

- Em discussão na SEB revisão/atualização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil;
- Em andamento Projeto de Cooperação Técnica entre MEC/SEB, Universidade Federal do Paraná e Università degli Studi di Pavia referente a formação da rede da Educação Infantil comprometida com avaliação de contexto.
- Em curso múltiplos debates sobre avaliação da e na Educação Infantil;
- Em construção no INEP matriz de referência para avaliação da Educação infantil a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade:

Momento Atual

Eixos da Avaliação da Educação Infantil

Dimensão A – Acesso/Oferta (por idade)

Dimensão B – Infraestrutura

Dimensão C – Recursos Materiais

Dimensão D – Profissionais de Educação Infantil

Dimensão E – Gestão do Sistema

Dimensão F – Gestão da Unidade Escolar

Momento Atual

Dimensão A - Acesso/Oferta (por idade)

- Atendimento à demanda;
- Oferta;
- Localização da oferta (urbano/rural; centro/periferia);
- Proximidade com a residência;
- Período de atendimento;
- Jornada;
- Dependência administrativa;
- Inclusão de crianças com deficiência;
- Perfil da criança atendida (nível socioeconômico; idade; cor).

Momento Atual

Dimensão B - Infraestrutura

- Natureza do espaço (prédio próprio; alugado; compartilhado);
- Espaços internos (existência; adequação; suficiência; acessibilidade; versatilidade; salubridade; segurança);
- Banheiro (existência);
- Espaços externos (existência; adequação; suficiência; acessibilidade; versatilidade; salubridade; segurança);
- Acesso à água filtrada;
- Abastecimento de água (existência, adequado);
- Condições de saneamento básico (existência, adequado);
- Coleta de lixo (existência);
- Tratamento do lixo (existência, adequado);
- Abastecimento de energia elétrica;
- Limpeza dos espaços (adequado);
- Iluminação (existência, adequado);
- Acústica (adequada).

Momento Atual

Dimensão C – Recursos Materiais

- Brinquedos (existência; disponibilidade; segurança; conservação);
- Livros de literatura infantil (existência; disponibilidade; segurança; conservação);
- Mobiliário e equipamentos (existência; disponibilidade; segurança; conservação);
- Alimentação (tipo, frequência, quantidade);
- Produtos de higiene pessoal (existência, diversidade, segurança).

Momento Atual

Dimensão D – Profissionais de Educação Infantil

- Docente* que atua com a turma (formação inicial; formação continuada; regime de contrato; remuneração; plano de carreira; jornada de trabalho);
- Auxiliar/assistente educacional* que atua com a turma (formação inicial; formação continuada; regime de contrato; remuneração; plano de carreira; jornada de trabalho);
- Gestor da unidade escolar (formação inicial; formação continuada; regime de contrato; remuneração; plano de carreira; jornada de trabalho);
- Funcionários da unidade escolar (formação inicial; formação continuada; regime de contrato; remuneração; plano de carreira; jornada de trabalho).

* Decidiu-se na reunião conjunta rever a terminologia “profissional da educação”, para contemplar os profissionais que auxiliam o docente, conforme realidade nas escolas. No entanto, tal terminologia não ficou consensuada.

Momento Atual

Dimensão E – Gestão do Sistema

- Políticas e orientações municipais para EI - existência; monitoramento/acompanhamento; critérios de matrícula;
- Existência de uma pessoa ou órgão responsável na SME específica da EI;
- Regulamentação da EI no âmbito municipal - existência; monitoramento/acompanhamento;
- Padrão de conveniamento; normativas;
- Existência de Conselho Municipal da Educação;
- Proposta pedagógica – existência; monitoramento/acompanhamento;
- Iniciativas de avaliação e monitoramento na e da EI;
- Equipe de supervisão e acompanhamento pedagógico;
- Plano de carreira docente;
- Sistema de distribuição da alimentação;
- Participação em programas federais.

Momento Atual

Dimensão F – Gestão da Unidade Escolar

- Existência de direção própria;
- Escolha dos gestores (indicação; eleição; concurso);
- Projeto político-pedagógico;
- Conselho Escolar;
- Associação de Pais e Mestres;
- Regimento interno da IEI .

Posição SEB/COEDI

Exigência de nova perspectiva do Sistema de Avaliação da Educação Básica para inclusão da Educação Infantil;

Defesa da avaliação institucional entendida como avaliação das condições da oferta como prioridade para avaliação da Educação Infantil;

A avaliação da Educação Infantil deve pautar-se em instrumentos nacionais, com objetivo de aferir:

- > a oferta;
- > a infraestrutura física;
- > o quadro de pessoal;
- > os recursos, práticas pedagógicas e de acessibilidade.

disponíveis para ou na creche e na pré-escola

Posição SEB/COEDI

Não propõe uso de instrumentos de avaliação do desenvolvimento infantil,

- > pressupõem que todos se desenvolvem da mesma maneira, no mesmo ritmo;
- > não consideram a diversidade cultural e social;
- > trazem o risco de rotulação e estigmatização das crianças e desviam-se do foco que deve ser a análise das práticas pedagógicas e as interações propostas no ambiente educativo das creches e pré-escolas.

Posição SEB/COEDI

Preocupação com a cultura presente nos sistemas e escolas de avaliação da criança;

Contrária a exigência de avaliação psicopedagógica colocada pela judicialização da educação como requisito para matrícula.

Desafios

Mobilização social;

Negociação política;

Participação de gestores e professores;

Formulação da proposta pelo INEP;

Tomada de decisão;

Implementação da Avaliação Nacional da Educação Infantil.

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

RITA COELHO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
rita.coelho@mec.gov.br

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Política Nacional de Avaliação
da Educação Infantil

Aléssio Costa de Lima

SEMINÁRIO NACIONAL 2014



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Política nacional de avaliação da educação infantil

Aléssio Costa de Lima
Dirigente Municipal de Educação de Tabuleiro do Norte/ CE
Vice-presidente da Undime

Contexto

Necessidade da Avaliação da e na Educação Infantil.

Definição do modelo de avaliação para Educação Infantil.

- O que avaliar?
- Por que avaliar?

Não se deseja reproduzir os modelos já existentes e praticados (classificação, seleção) para a Educação Infantil.

Desafio

Construir um modelo de avaliação que leve em consideração as finalidades da educação infantil em relação ao que se pretende alcançar.

* Os sistemas de avaliação e índices de qualidade criados pelo MEC e gerenciados pelo INEP (SAEB e IDEB) não contemplam a Educação Infantil.

Onde estamos

Temos organizado um Grupo de Trabalho de Avaliação da Educação Infantil – instituído pela Portaria Ministerial nº 1.147/2011.

Temos organizada uma Comissão de Especialistas que tem como objetivo fornecer subsídios para o Grupo de Trabalho.

Temos a Lei do PNE (Lei 13.005 de junho de 2014) que definiu:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégia 1.6: implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

Posição da Undime

O debate sobre o tema é necessário e urgente.

Precisamos fomentar o debate em duas vertentes:

Entre as entidades, no âmbito do GT.

Inter entidade - construir um posicionamento que espelhe a posição de cada entidade que compõe o GT.

Os Estados devem participar do debate e colaborar com os municípios para a implementação de políticas públicas qualificadas no que tange à educação infantil.

Defendemos os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil como um instrumento importante para a avaliação da política de educação infantil.

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

ALÉSSIO COSTA DE LIMA
UNDIME

undimenacional@undime.org.br

www.undime.org.br

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Política Nacional de Avaliação
da Educação Infantil no Brasil

Jaqueline Pasuch



*Um brinde
à vida...*



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil

Sumário

1. Entidades/Objetivo do GT(Portaria 360/2013)
2. Por que uma Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil
3. Posicionamento do MIEIB em relação à Avaliação da Educação Infantil
4. Para que uma Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil
5. Desafios e perspectivas



XXX Encontro Nacional do MIEIB
03 a 05 de novembro – Cuiabá/MT
“15 anos de MIEIB: revisitar a história e
ressignificar as ações”

AValiação DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Entidades/Objetivo do GT (Portaria 360/2013)

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Portaria nº 360, de 09 de julho de 2013

Art. 1º - Nomear, para compor o Grupo de Trabalho de Avaliação da Educação Infantil, com o objetivo de desenvolver estudos e formular uma proposta para avaliação da educação infantil:

- a) Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) - INEP
- b) Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) – INEP
- c) Secretaria de Educação Básica - Ministério da Educação SEB/MEC
- d) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
- e) Associação Nacional de Pesquisadores em Educação - ANPED
- f) Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE
- g) União Nacional de Secretários Municipais de Educação - UNDIME
- h) União dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME
- i) **Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil -MIEIB**
- j) Rede Nacional para a Primeira Infância – RNPI
- k) Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação -CNTE
- l) Associação Brasileira de Avaliação Educacional – ABAVE

GT de Avaliação da Educação Infantil

Objetivo: analisar e sugerir melhorias para o aprimoramento da avaliação da Educação Infantil a ser delineado pela Comissão de Especialistas para Avaliação da Educação Infantil e validar a proposta apresentada por esta comissão.

Em qual direção o GT está caminhando?

No desenho de uma Proposta de Política Nacional de Avaliação Institucional da Educação Infantil.

A avaliação institucional abrange um conjunto de procedimentos que vão desde a organização dos dados escolares das crianças (fluxo escolar e perfil); dos profissionais da instituição (formação, jornada semanal, participação nos colegiados escolares); das condições de infraestrutura (conservação e adequação das instalações; adequação e disponibilidade dos equipamentos); das condições de realização do trabalho pedagógico (adequação de disponibilidade de espaços e tempos); até opiniões, percepções, expectativas e sugestões de toda a comunidade educativa, passando pelo registro e debate crítico das práticas, do ponto de vista de sua abrangência, intencionalidade e relevância. (BRASIL, 2012, p. 16)

2. Por que uma Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil (PNAEI)

Toda Avaliação é POLÍTICA.

A formulação de uma Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil vem sendo tecida em um campo de disputa política (objeto, concepção, finalidade, instrumentos, processamento dos dados, resultados...).

O que diz o PNE (PLC 103/2012) sobre a avaliação da Educação Infantil

Meta 1:

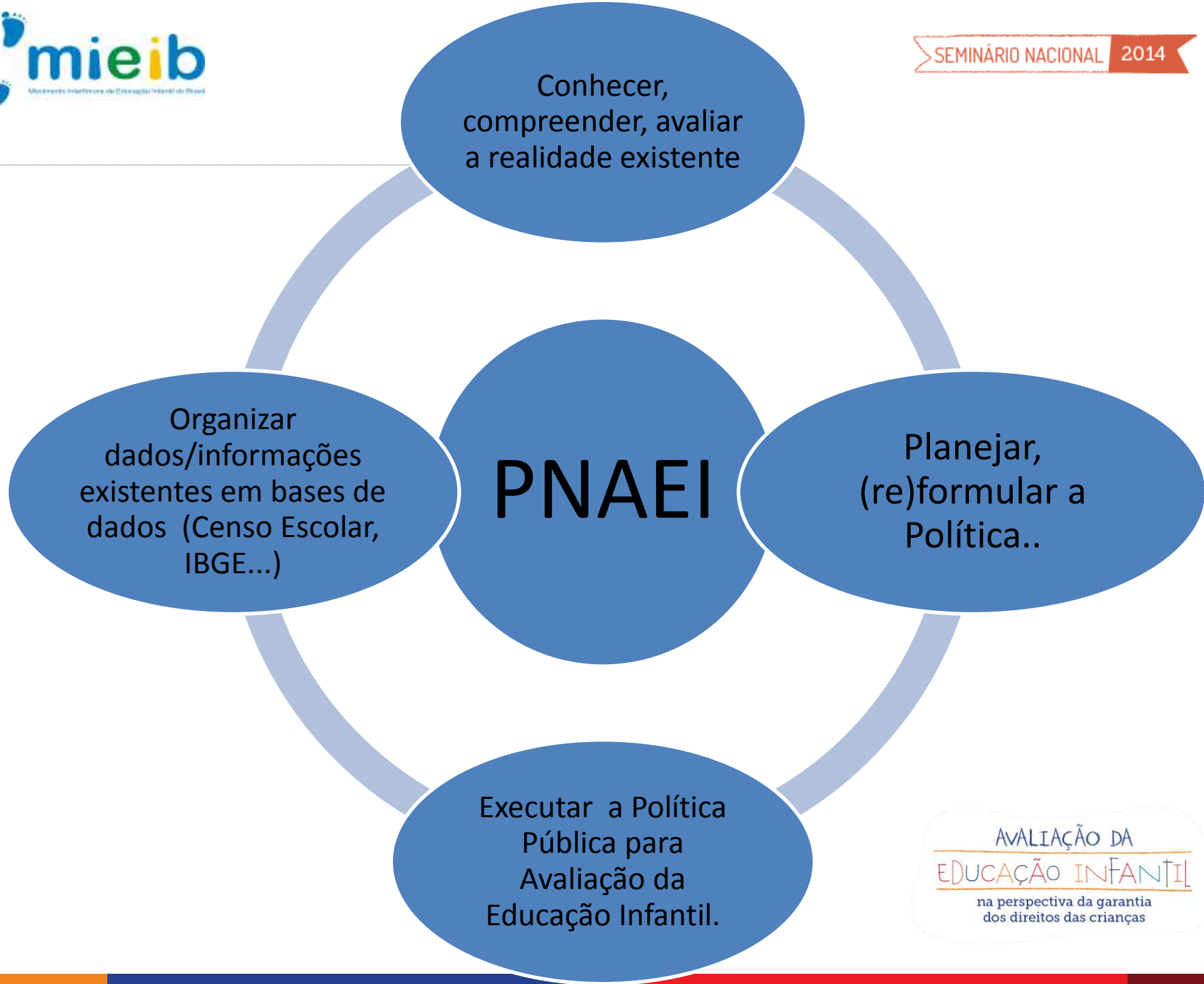
Estratégia 1.6: implantar, até o segundo ano da vigência deste PNE, **avaliação da educação infantil**, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a **infraestrutura física**, o **quadro de pessoal**, **as condições de gestão**, **os recursos pedagógicos**, **a situação de acessibilidade**, entre outros indicadores relevantes;



A PNAEI tem a sua especificidade, mas não pode ser formulada descolada do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

A avaliação se insere na prática social.

A avaliação é uma prática social.



3. Posicionamento do MIEIB em relação à Avaliação da Educação Infantil

Entendemos que o debate sobre a avaliação da/na educação infantil é urgente e necessário para a construção e consolidação de políticas públicas de educação infantil que respeitem a criança como sujeito biopsicossocial, produtor de cultura e de história, como um sujeito de direitos (MIEIB, 2012).

Afirmamos que avaliação da/na Educação Infantil, como concepção, já está inserida na LDB 9394/96, nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006), nos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), na Resolução CNE/CEB nº 5 de 2009 e em outras orientações e documentos produzidos nos últimos anos pelo MEC/CNE e por pesquisas sobre a Educação Infantil (MIEIB, 2012).

5. Para que uma Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil (PNAEI)

Uma Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil pode:

- a) conhecer/compreender mais fielmente a realidade;
- b) contribuir para consolidar a identidade da Educação Infantil;
- c) ampliar o financiamento da Educação Infantil;
- d) garantir a expansão das matrículas da Educação Infantil com qualidade;

Uma Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil pode:

- e) garantir melhores condições de trabalho para os professores;
- f) rever a concepção de formação inicial e continuada para docência na Educação Infantil;
- g) melhorar a vida das pessoas, das organizações e da sociedade...

4. Desafios e perspectivas...

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

- a) Formular uma Política Nacional de Avaliação da Educação Infantil coerente com as especificidades da Educação Infantil.
- b) Convocar a sociedade para o diálogo e a crítica sobre a proposta de PNAEI.
- c) Compreender que toda avaliação apresenta limitação e potencialidades.

-
- d) Garantir que as dimensões éticas e políticas estejam presentes na PNAEI.
 - e) Planejar outras etapas dessa PNAEI.

Por fim, a avaliação deve contribuir para alterar a realidade da Educação Infantil no Brasil no que tange às suas desigualdades e consolidar as conquistas já alcançadas.

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

JAQUELINE PASUCH
MIEIB
UNEMAT/PPGEDU
jaquep@terra.com.br

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Sônia Larrubia Valverde

Vânia Araújo

Mediação: Maria Aparecida Freire



SEMINÁRIO NACIONAL 2014

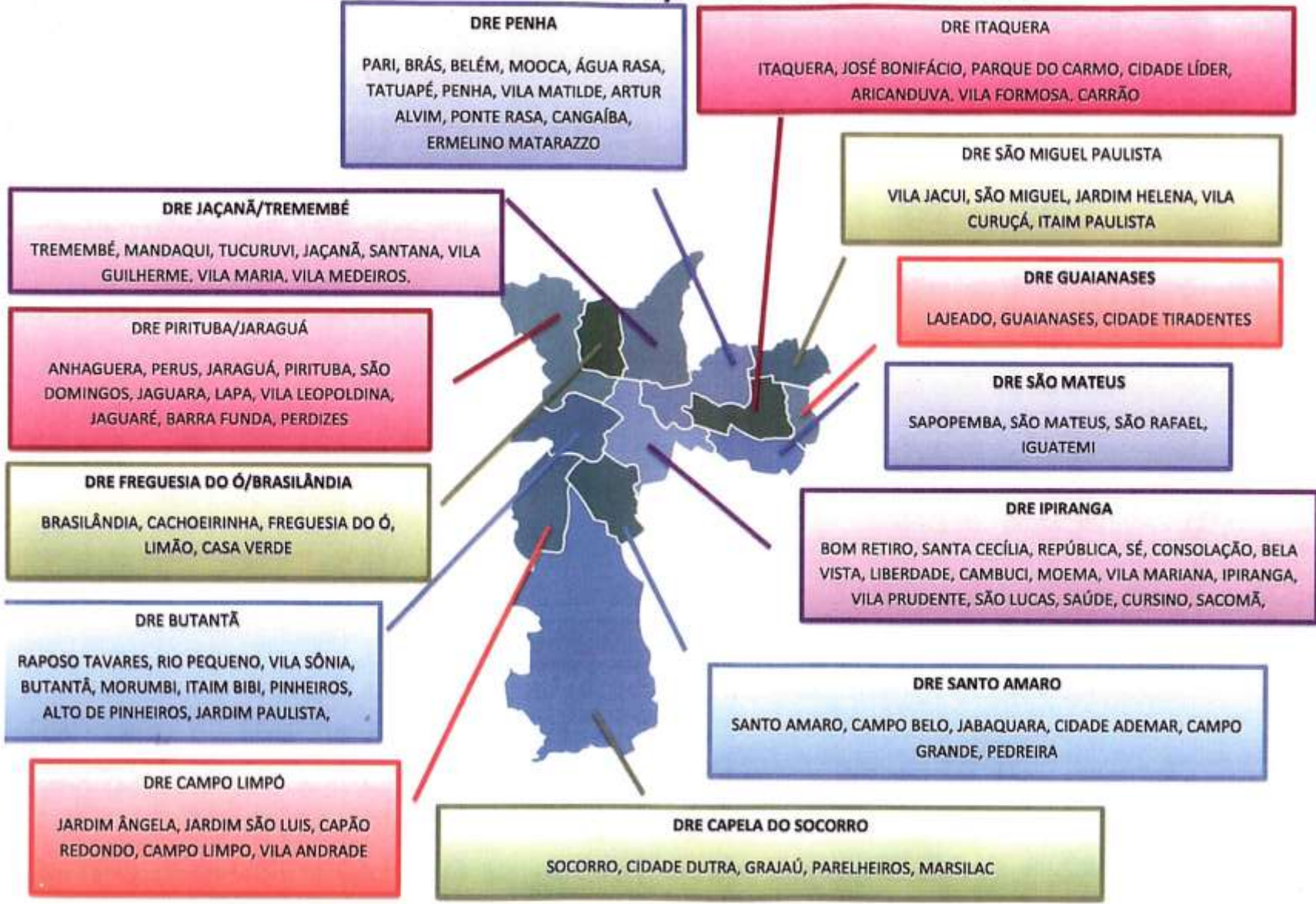
AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

SME- DOT Educação Infantil

Sonia Larrubia Valverde

DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



UNIDADES EDUCACIONAIS DA SME

EDUCAÇÃO INFANTIL

Diretoria	CEI DIR	CEMEI	EMEI	EMEBS	CECI	CEI IND	CRECHE CONV. PART	TOTAL
BUTANTÃ	17	0	30	0	0	19	33	99
CAMPO LIMPO	49	1	56	0	0	31	74	211
CAPELA DO SOCORRO	29	0	32	0	2	19	63	145
FREGUESIA/BRASILÂNDIA	17	0	35	1	0	24	112	189
GUAIANASES	28	0	33	0	0	19	169	249
IPIRANGA	21	0	51	1	0	44	75	192
ITAQUERA	24	0	44	0	0	32	93	193
JACANA/TREMEMBE	24	0	38	1	0	23	44	130
PENHA	33	0	49	1	0	32	54	169
PIRITUBA	27	0	50	1	1	27	96	202
SANTO AMARO	18	0	27	1	0	23	47	116
SÃO MATEUS	33	0	48	0	0	35	26	142
SÃO MIGUEL	40	0	42	0	0	29	75	186
Total	360	1	535	6	3	357	961	2.223
	902				3	1.318		
	REDE DIRETA				REDE INDIRETA			

DADOS GERÊNCIAS - DOT EDUCAÇÃO INFANTIL

TIPO ATENDIMENTO	UEs	MATRICULAS	PROFES.	COORD. PEDAG.	DIRETOR
CEI DIRETA	360	57.518	11.422	360	360
EMEI*	536	197.010	12.565	536	536
CEI INDIRETA	357	175.594	5.522	357	357
CREC. P. CONV.	939		10.178	939	939
ESC. PART. INF.	821				
SUB TOTAIS	3.013	430.122	39.687	2.192	2.192

Fonte EOL / SME - Centro de Informática

CEMEI - 01 Unidade Educacional

Avanços que os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (MEC 2009) trazem para a Rede Municipal de Ensino de São Paulo

- Instaura uma prática autoavaliação participativa;
- Inclui as famílias no processo de autoavaliação contribuindo para uma gestão mais democrática na Unidade Educacional;
- Encaminha para um plano de ação das Unidades Educacionais com vistas à revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP);
- Traz demandas para a própria SME rever suas ações;
- Possibilita um diálogo entre as Unidades Educacionais (U.E), as Diretorias Regionais de Educação (DRE) e a Secretaria (SME-DOT EI e demais setores).

A proposta de autoavaliação participativa, adotada no documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (MEC 2009), constitui uma modalidade de avaliação institucional participativa que visa incentivar:

- ✓ **O fortalecimento dos profissionais que atuam diretamente na Unidade Educacional;**
- ✓ **O diálogo entre educadores e familiares das crianças matriculadas;**
- ✓ **O incentivo às práticas de gestão democrática na Unidade Educacional;**
- ✓ **O fortalecimento da articulação entre as equipes da DRE e das Unidades Educacionais e destas com a SME-DOT EI;**
- ✓ **A contínua reflexão coletiva para o aprimoramento do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional;**
- ✓ **A melhoria da qualidade social da Educação Infantil Paulistana.**

Por esta razão, dentre outras ações realizadas por DOT-EI no ano de 2013/2014 está o Seminário Qualidade e Avaliação na Educação Infantil que foi organizado para acontecer em três momentos:

I Momento – Apresentação da proposta de uma política de Educação Infantil para a cidade de São Paulo discorrendo sobre o papel da avaliação na melhoria da qualidade da EI com as Equipes das 13 DREs, Supervisores Escolares, Diretores e Coordenadores Pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas da Rede Municipal, com assessoria da Profa. Dra. Maria Machado de Malta Campos, que aconteceu de outubro a dezembro/2013 com cerca de 2500 participantes

II Momento – Apoio com subsídio teórico e prático às Unidades Educacionais diretas, indiretas e conveniadas que optaram pela realização da autoavaliação proposta no documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, por meio de formação para orientar a autoavaliação nas unidades, com a participação das Equipes das 13 DREs, Supervisores Escolares, Diretores e Coordenadores Pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas, com assessoria da Profa. Ms. Bruna Ribeiro, que aconteceu de novembro a dezembro /2013.

III Momento Socialização das experiências de autoavaliação realizadas pelas unidades de EI que utilizaram a metodologia proposta no documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, de forma a:

1. Trocar experiências e sugestões para a continuidade do processo;
2. Selecionar demandas identificadas na autoavaliação cujos encaminhamentos competem não somente as unidades, demandando ações para DRE/SME, com envolvimento das equipes das 13 DREs, supervisores escolares, diretores e coordenadores pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas que aplicaram a autoavaliação com uso do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil que aconteceu de Março a abril/2014.

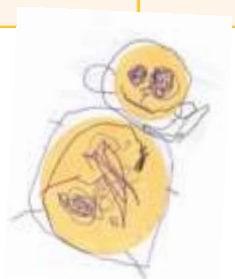
O **II Seminário Regional Qualidade Social e Avaliação na Educação Infantil** foi realizado em sete regiões da cidade de julho a setembro de 2014 com a parceria do MEC/ SEB/COEDI que teve como objetivo:

Apresentar os dados da experiência de utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil dialogando com outras experiências realizadas no país, com a participação das equipes das 13 DREs, supervisores escolares, diretores e coordenadores pedagógicos de unidades diretas, indiretas e conveniadas do Município de São Paulo, e convidados de Secretarias Municipais/Instituições que já vivenciaram a experiência da aplicação do documento, com vistas a elaboração dos Indicadores de Qualidade da Rede de Educação Infantil Paulistana.

EMEI, CEIs diretos e conveniados e CEMEI participantes em cada momento

UNIDADES PARTICIPANTES

	n	Momento I	Momento II	Aplic. 2013	Prev. 2014	Total prev.	% de n
EMEI*	528	348	155	57	96	153	28,9
CEI DIRETO	359	238	177	44	74	118	32,9
CEI CONV.	1253	492	146	60	110	170	13,6
TOTAL	2140	1078	418	161	280	441	20,6



Unidades participantes por DRE (inclui previsão para 2014)

	BT	CL	CS	FB	G	IP	IQ	JT	MP	PE	PJ	SA	SM	Tot
n	99	190	136	182	252	187	184	124	188	160	186	113	139	2140
2013	26	15	5	6	40	0	6	7	6	13	28	0	9	161
2014 *	12	17	4	0	105	32	12	12	0	19	0	35	32	280
Tot.	38	32	9	6	145	32	18	19	6	32	28	35	41	441
% n	38,4	16,8	6,6	3,3	57,5	17,1	9,8	15,3	3,2	20,0	15,1	30,9	29,5	20,6

Como registramos o processo das Unidades Educacionais envolvidas:

- Fotográfico;
- Áudio visual (filmagem dos Seminários);
- Relatos escritos das Unidades Educacionais;
- Pôsteres das Unidades Educacionais que aplicaram os Indicadores;
- Fichas com as demandas encaminhadas para: SME, DRE, Entidades mantenedoras e outras Secretarias e setores;
- Questionários;
- Parceria com MEC/SEB/COEDI para registro do processo que está sendo realizado pela Profa. Dra. Marina Célia Moraes Dias.

Questionários:

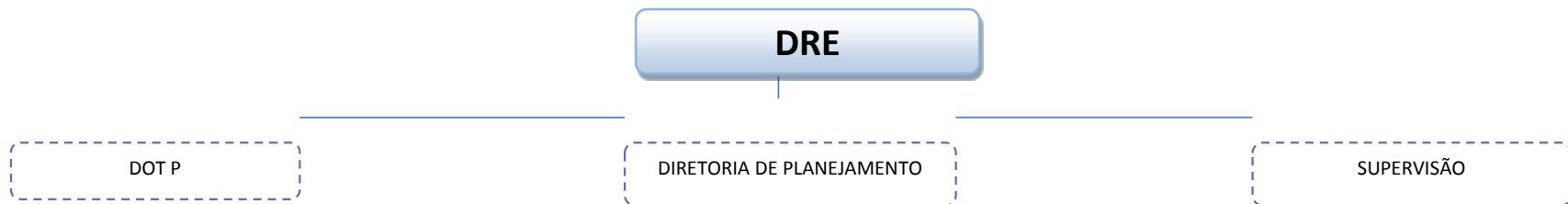
- Ao final desses 8 encontros, representantes das unidades, presentes nas reuniões, preencheram um breve questionário, com perguntas abertas e fechadas;
- Estes questionários estão sendo codificados e analisados e alguns de seus resultados são apresentados a seguir.

DREs – Seminários do III momento	N. Questionários	% total de questionários
Itaquera / São Mateus	13	9,2
Campo Limpo / Capela do Socorro	21	14,9
Freguesia do Ó / Pirituba / Jaçanã	30	21,3
Guaianases 1	17	12,0
Guaianases 2	17	12,0
Ipiranga / Santo Amaro	20	14,2
São Miguel / Penha	18	12,8
Butantã	05	3,5
TOTAL	141	100%

QUADRO SÍNTESE

Em grupo, procurem preencher o quadro abaixo, identificando as demandas e seus respectivos responsáveis pelas questões levantadas na autoavaliação realizada em sua unidade cujas soluções não dependem unicamente da equipe de sua UE.

Entidade mantenedora	
DRE	
DOT-EI (SME)	
Outros setores SME	
Outros (Conselhos Tutelares, parceria com saúde, etc.)	



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

SME - DOT

EDUCAÇÃO INFANTIL

SALA DE LEITURA

EDUCAÇÃO ESPECIAL

INFORMÁTICA EDUCATIVA

OUTROS SETORES DA SME

ATP

CONAE/COMPRAS

TIC

DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (DAE)

OUTROS SETORES DA SME

PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS

GABINETE

FINANÇAS

OUTROS SETORES DA SME

SAÚDE

CONAE/RECURSOS HUMANOS

PROGRAMAS ESPECIAIS

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Parcerias com outros Setores/Secretarias

CONSELHO TUTELAR

SAÚDE

REDE DE PROTEÇÃO

Parcerias com outros Setores/ Secretarias

SANEAMENTO BÁSICO

CULTURA

**AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Próximos passos...

- Realização do I Seminário Interno: Qualidade Social e Avaliação na Educação Infantil;
- Encontros com representantes das DREs, de sete U.Es que aplicaram os Indicadores, Assessoras da SME-DOT EI, Técnicos da DOT EI e Núcleos (Educação Especial e Etnico-racial) para a escrita dos “Indicadores da Qualidade Social da Educação Infantil Paulista”;
- III Seminário Regional da Qualidade Social e Avaliação na Educação Infantil;
- Aplicação e acompanhamento dos “Indicadores da Qualidade Social da Educação Infantil Paulista” na Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

“Nesta vida pode-se aprender três coisas de uma criança: Estar sempre alegre; nunca ficar inativo; e, chorar com força por tudo aquilo que se quer.”

Paulo Leminski

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Educação: uma experiência
compartilhada

Vânia Araujo

Educação Uma experiência compartilhada




Prefeitura de
VITÓRIA
Uma cidade melhor para todos
Secretaria de Educação

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

“Se a modernidade produziu um empobrecimento da experiência, a contemporaneidade está produzindo a destruição da experiência” (AGAMBEN,)

A Educação Infantil em Vitória: um pouco de sua história...

Elaboração de Diretrizes
2004 – 2006

Reunião com a Equipe Sistematizadora
Fóruns Municipais: Família, Magistério,
Crianças e outras categorias profissionais
(merendadeiras, vigias, auxiliares serviços
gerais...)



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

A construção de uma Sistema de Avaliação

Uma única certeza: não queríamos um sistema de avaliação baseado na idéia de meritocracia e nas aplicações de testes em larga escala, cujos resultados geram práticas de ranqueamento, competições e classificações entre as instituições e bonificação dos profissionais de educação.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE VITÓRIA

(Lei nº 8.051 de 22/12/2010)

Constitui-se como um espaço permanente de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos educacionais e das políticas públicas na rede municipal de educação, considerando suas complexidades, com vistas a propor melhoria contínua da qualidade do ensino-aprendizagem, bem como dos processos de gestão da educação, tanto no âmbito da administração central, quanto no âmbito das unidades de ensino de Vitória.

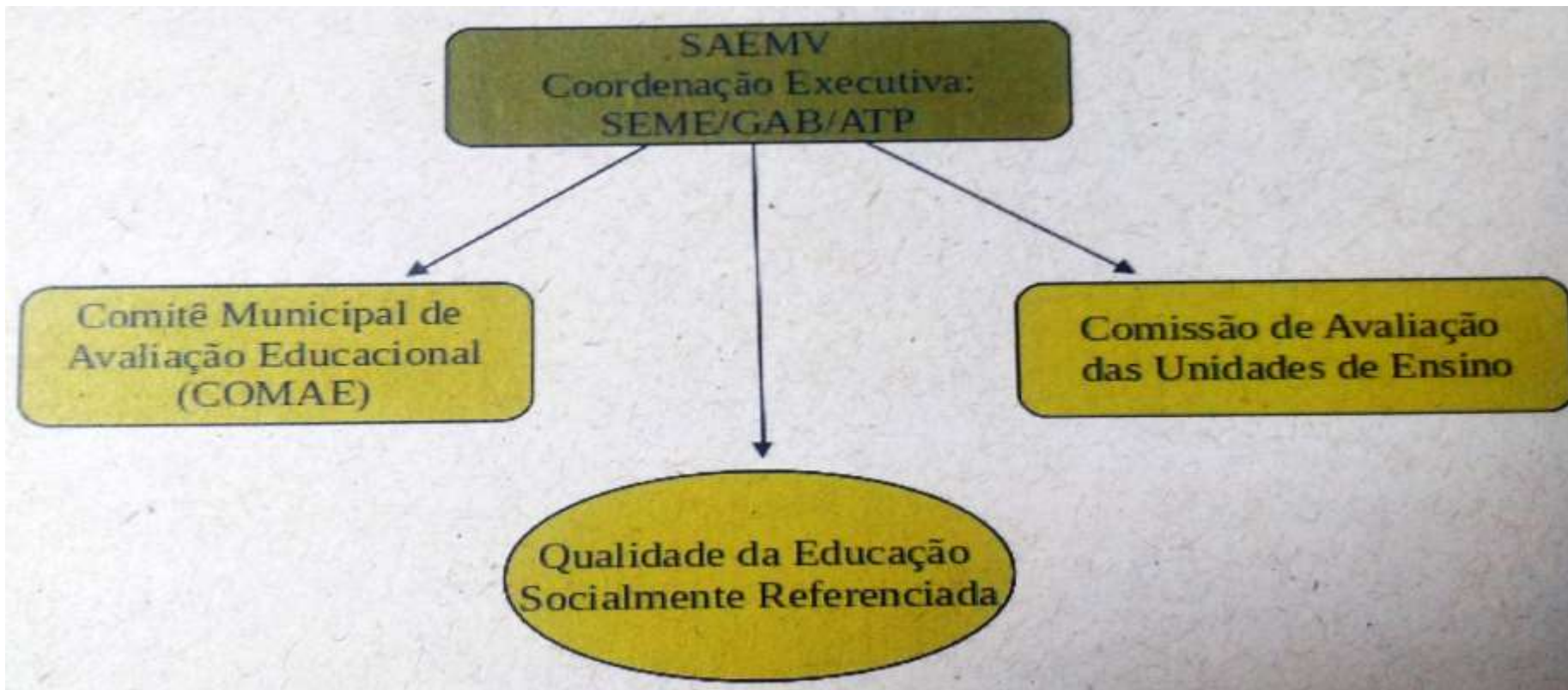
Seus princípios...

- I- A democracia como norteadora dos processos ensino-aprendizagem, de gestão e de avaliação;
- II- O predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos processos sobre o produto;
- III- A articulação entre a avaliação formativa e os indicadores de qualidade;
- IV- Foco nos impactos das desigualdades sociais e regionais; nos contextos culturais, na formação, na qualificação e nas condições de trabalho dos professores; nas condições de infra-estrutura e equipamentos das unidades de ensino; nos projetos político-pedagógicos;
- V- A articulação entre o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas que garantam o atendimento educacional no município de Vitória;
- VI- A valorização de um espaço público para a problematização da qualidade da educação ofertada em Vitória e o controle social das políticas públicas para a educação.

Seus objetivos...

- I- Estabelecer as diretrizes para a avaliação;
- II- Instituir processos avaliativos que considerem a complexidade da educação em seus diferentes campos, com foco nos processos de gestão e de ensino-aprendizagem;
- III- Viabilizar estudos e pesquisas sobre a educação;
- IV- Monitorar e analisar os impactos, no Município, das políticas públicas de educação;
- V- Elaborar análises quantitativas e qualitativas da educação na Rede Municipal de Ensino, gerando indicadores para a compreensão e o acompanhamento da sua realidade educacional;
- VI- Identificar e analisar fatores intervenientes que influenciam os processos de ensino-aprendizagem e de gestão;
- VII- Subsidiar a formulação, reformulação e monitoramento das políticas públicas educacionais de Vitória;
- VIII- Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura avaliativa;
- IX- Emitir pareceres e relatórios;
- X- Contribuir com a transparência e publicização das informações sobre as políticas de educação do Município.

SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO



SAEMV – uma análise conjugada de diferentes fatores intra e extra-escolares



Dimensões

Acesso e permanência – grau de cobertura do sistema educacional e seus possíveis problemas;

Insumos – diagnóstico acerca dos recursos financeiros, materiais, humanos; equipamentos pedagógicos e infraestrutura da unidade de ensino, a partir de três indicadores: suficiência (disponibilidade do material); qualidade (adequação do material à prática pedagógica, boas condições de uso, organização, etc.); qualificação dos profissionais da educação (formação inicial e continuada, carga horária de trabalho, proporção de professores por alunos, salário, etc.);

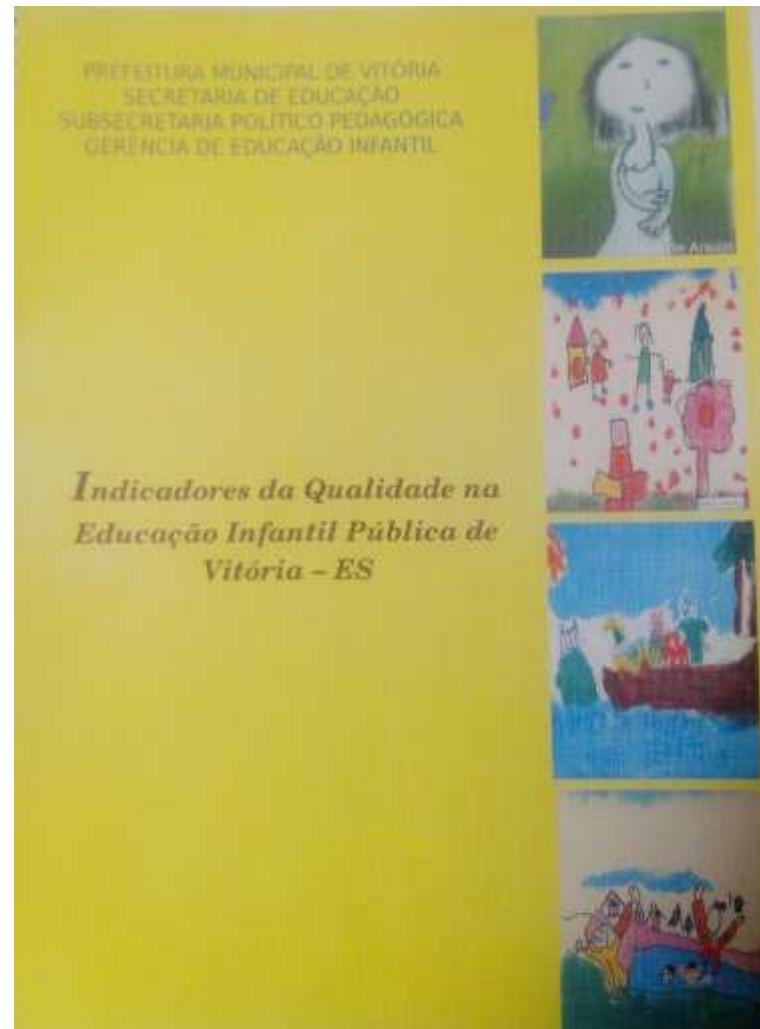
Processos – diagnóstico acerca das práticas pedagógicas e de gestão, a partir de dois indicadores: bom aproveitamento (valorização e uso de tudo o que se possui); boas práticas de gestão (existência e qualificação dos mecanismos de gestão democrática);

Contexto – população local na faixa etária própria para frequentar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; rede de proteção aos educandos, compartilhamento entre esfera pública e privada, mobilidade escolar, relações entre comunidade e escola, etc.

“Se a perspectiva da qualidade da educação socialmente referenciada pressupõe a garantia de um padrão de sociabilidade pública que se qualifica como espaço de deliberação conjunta e de responsabilidades coletivas, articulado à própria noção de avaliação como um processo permanente e sistêmico, certamente os critérios de avaliação a serem adotados não podem se desvincular da noção de construção de um espaço público compartilhado” (ARAÚJO, FARIA, 2014).

Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Pública

VITÓRIA/ES
2012



AValiação DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

METODOLOGIA

- Referência às Diretrizes da Educação Infantil Municipal;
- Constituição de um Núcleo de Pedagogos;
- Realização de encontros regionais;
- “Fala Criança”;
- Utilização da plataforma educacional vixeduca;
- Formação sobre Avaliação na Educação Infantil;
- Debates e definição dos Indicadores em plenária com os professores;
- Aplicação dos Indicadores nas instituições com a participação das famílias e demais profissionais (organização dos grupos segundo as Dimensões; debate e definição das cores e apresentação da decisão em plenária geral.

Dimensões consideradas

Dimensão I - Planejamento e Gestão Educacional

Dimensão II – Práticas Pedagógicas

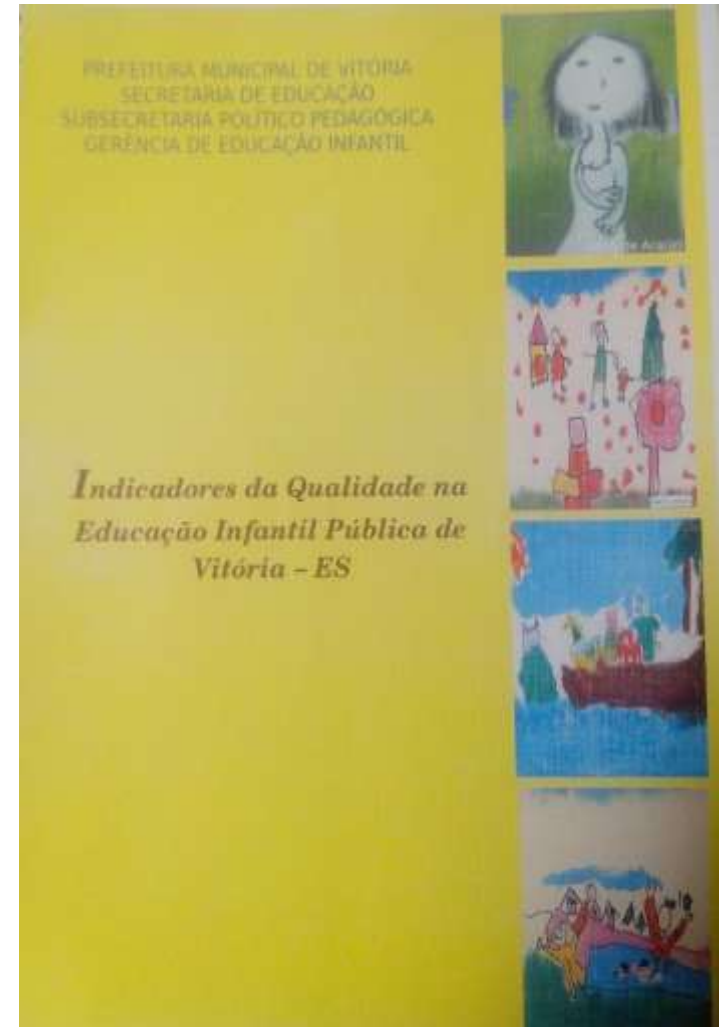
Dimensão III – Interações

Dimensão IV – Promoção da Saúde

Dimensão V – Espaços, mobiliário, equipamentos e materiais

Dimensão VI – Formação e condições de trabalho dos professores e demais profissionais

Dimensão VII -
Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Representação da condição de qualidade

AZUL – o processo de melhoria da qualidade já está num bom caminho;

VERDE – o processo de melhoria da qualidade foi iniciado;

LARANJA – o processo de melhoria da qualidade necessita de alerta e cuidado;

VERMELHA – o processo de melhoria da qualidade necessita de alerta e cuidado redobrado;

CINZA – não se aplica



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Indicadores

- A – Projeto Político Pedagógico sistematizado
- B – Planejamento, acompanhamento e avaliação institucional
- C – Registro da prática educativa
- D – Gestão Democrática

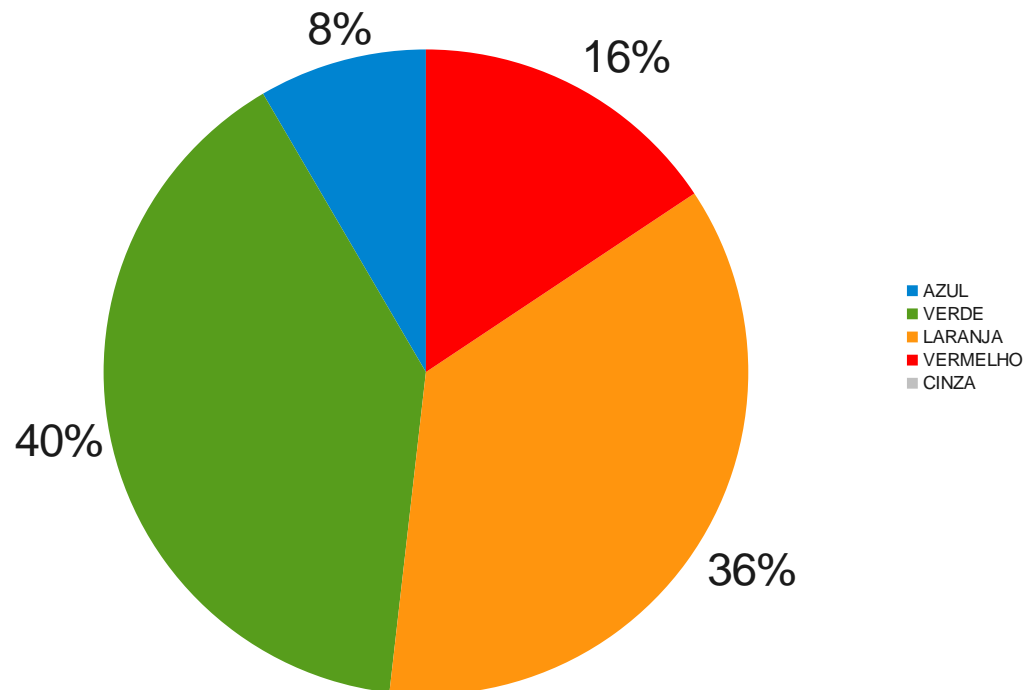


DIMENSÃO I

Planejamento e Gestão Educacional

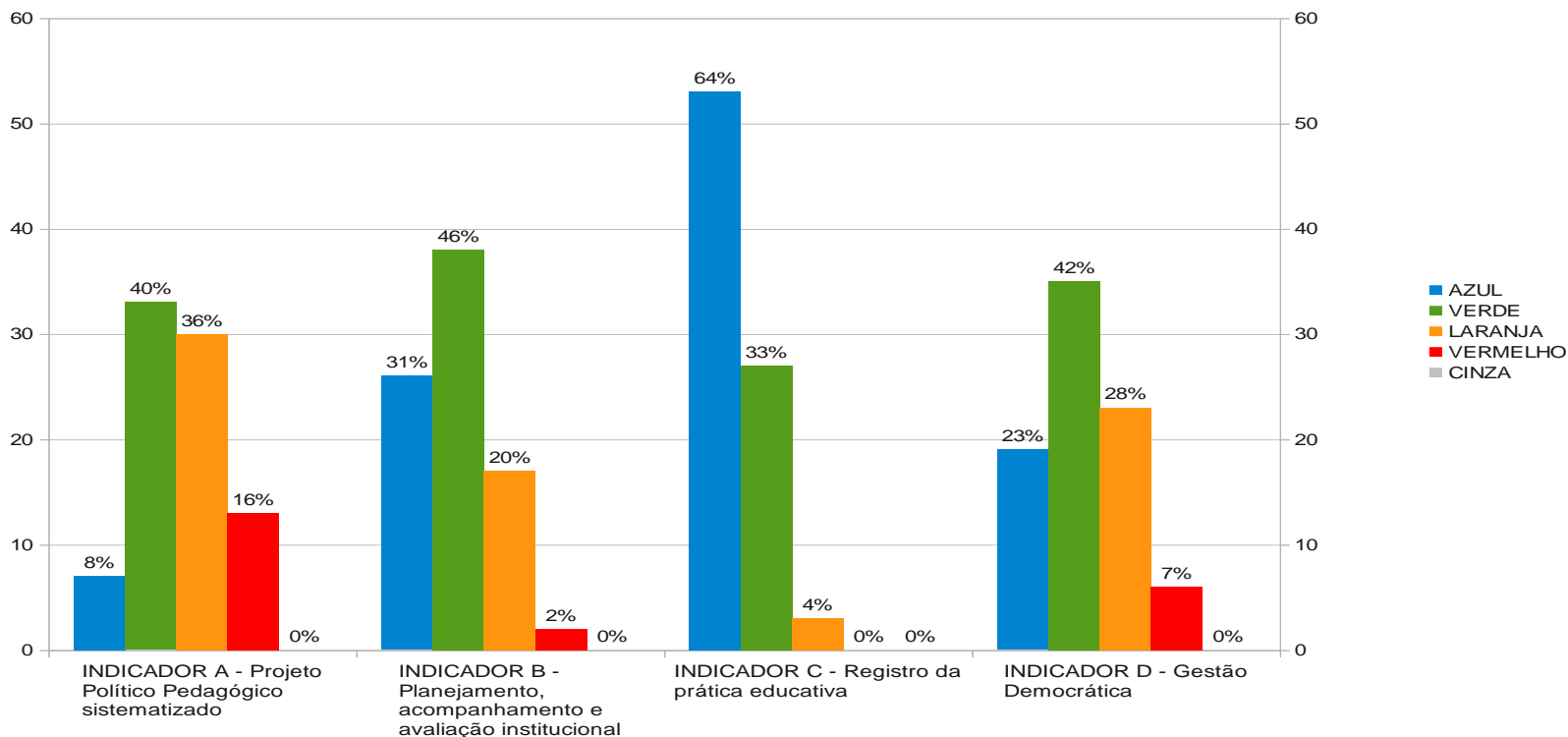
INDICADOR A

Projeto Político Pedagógico sistematizado



DIMENSÃO I

Planejamento e Gestão Educacional



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Indicadores

- A – Experiências relativas à Linguagem Oral e Escrita
- B – Experiências relativas à Linguagem, Língua de Sinais e Escrita Braille
- C – Experiências relativas à Linguagem Musical
- D – Experiências relativas às Linguagens Artísticas
- E – Experiências relativas à Linguagem Corporal
- F – Experiências relativas à inclusão e ao reconhecimento da diversidade

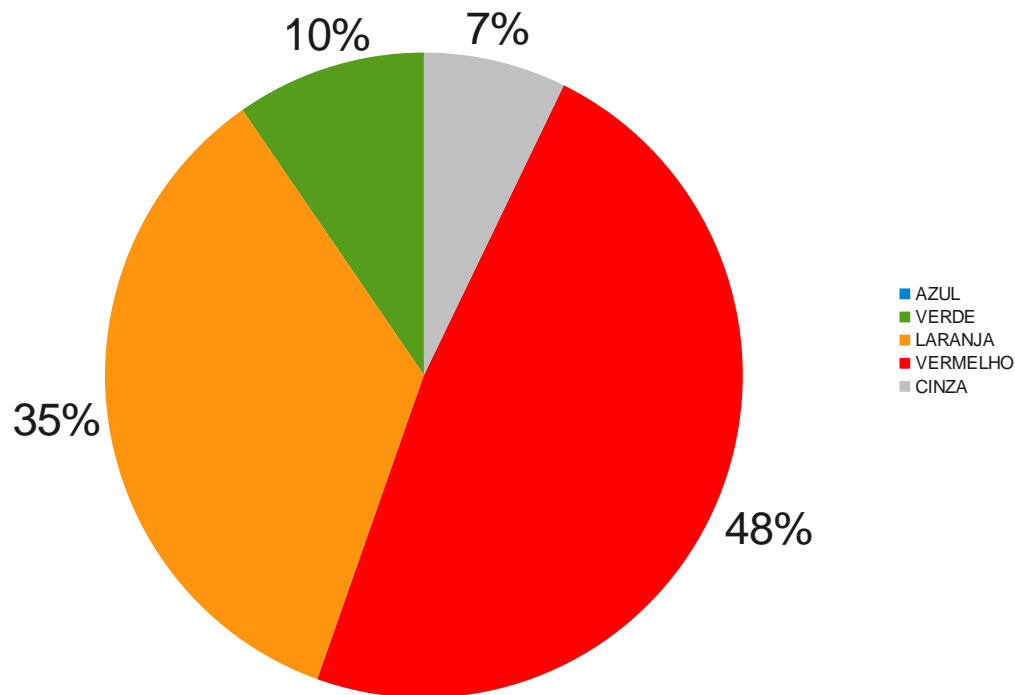


DIMENSÃO II

Práticas Pedagógicas

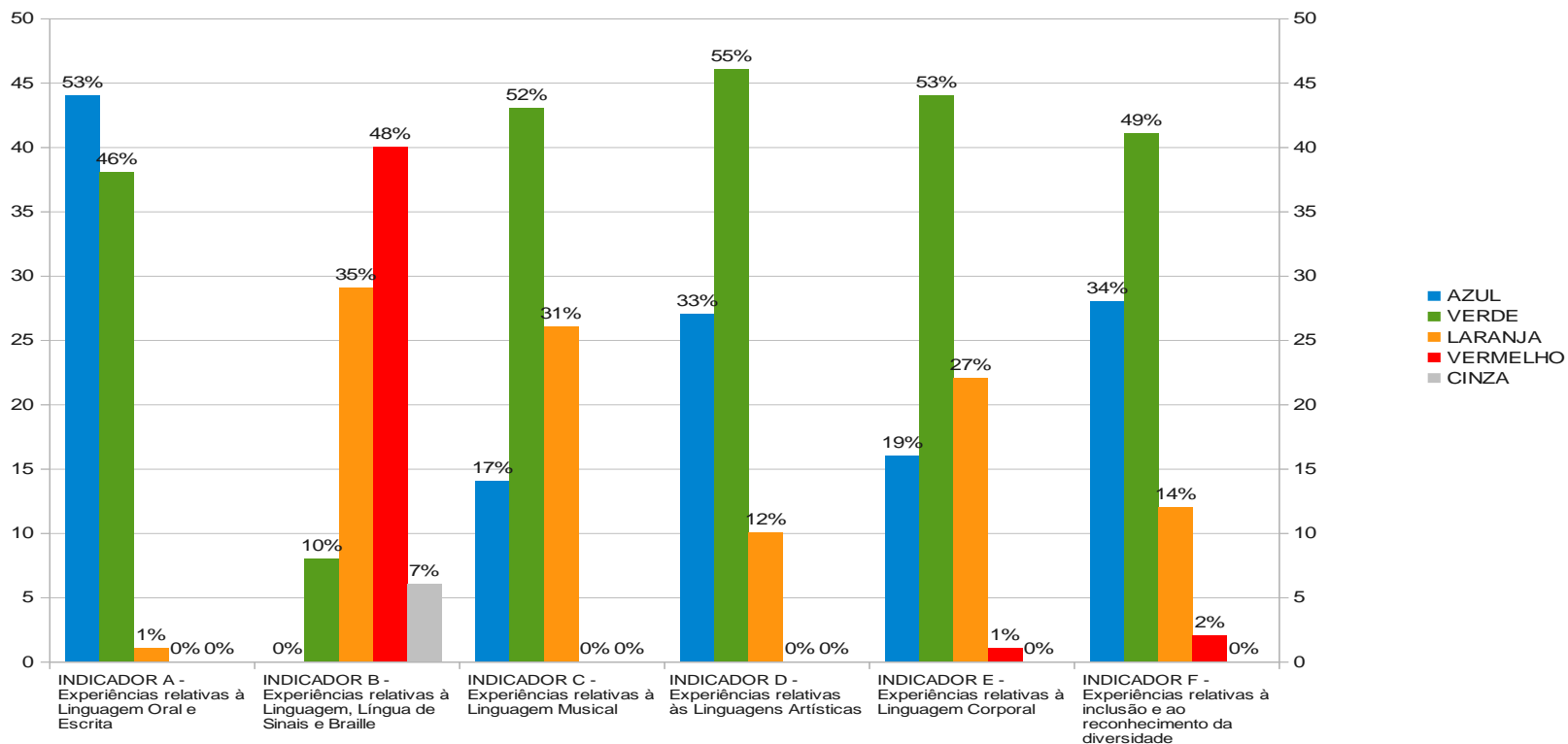
INDICADOR B

Experiências relativas à Linguagem, Língua de Sinais e Braille



DIMENSÃO II

Práticas Pedagógicas



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
 na perspectiva da garantia
 dos direitos das crianças

Indicadores

A – Respeito à dignidade das crianças

B – Respeito ao ritmo das crianças

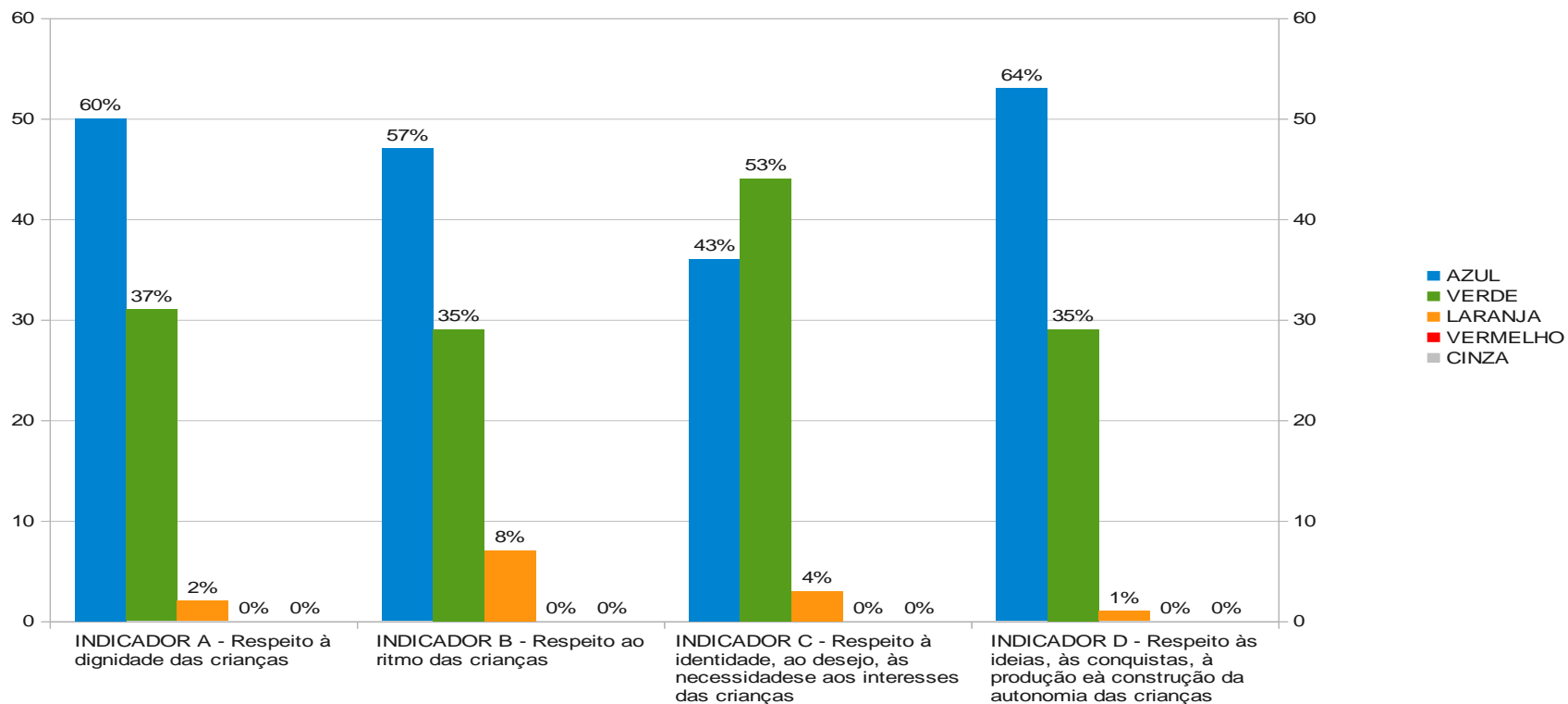
C – Respeito à identidade, ao desejo, às necessidades e aos interesses das crianças

D – Respeito às ideias, às conquistas, à produção e à construção da autonomia das crianças



DIMENSÃO III

Interações



AValiação DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

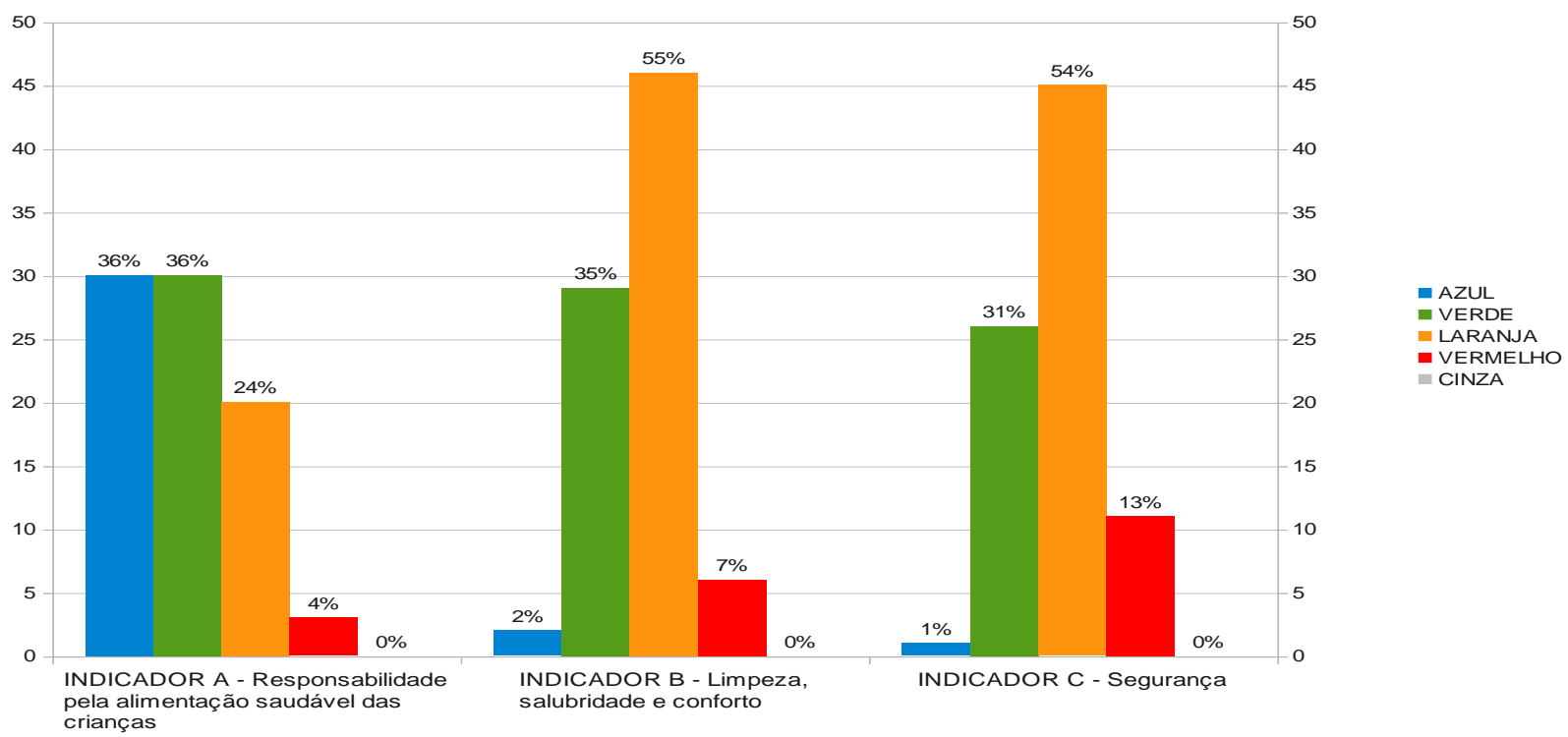
Indicadores

- A – Responsabilidade pela alimentação saudável das crianças
- B – Limpeza, salubridade e conforto
- C - Segurança



DIMENSÃO IV

Promoção da Saúde



Indicadores

A – Espaços, mobiliário, equipamentos e materiais que favorecem as experiências das crianças

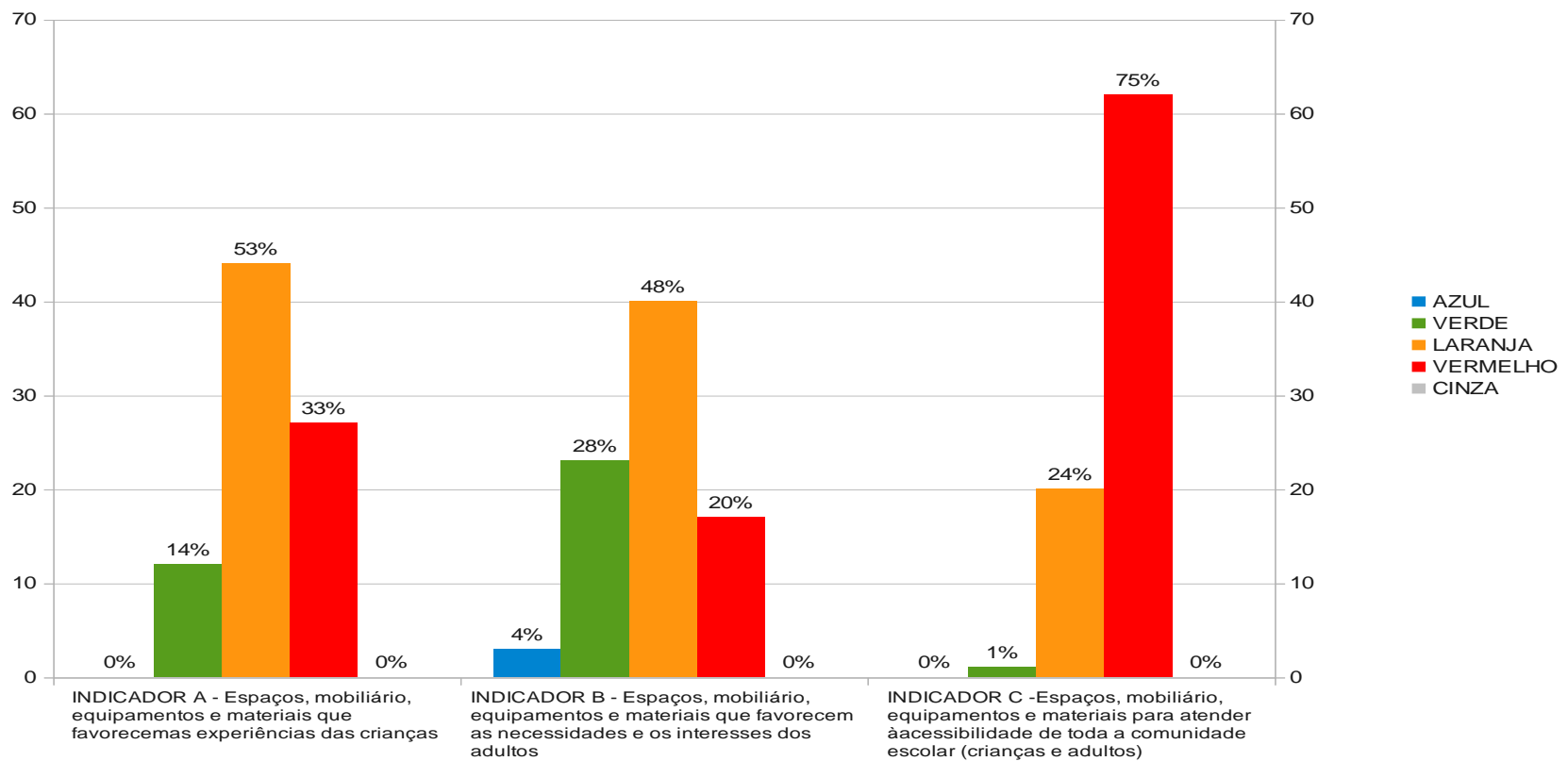
B – Espaços, mobiliário, equipamentos e materiais que favorecem as necessidades e os interesses dos adultos

C – Espaços, mobiliário, equipamentos e materiais para atender à acessibilidade de toda a comunidade escolar (crianças e adultos)



DIMENSÃO V

Espaços, Mobiliário, Equipamentos e Materiais



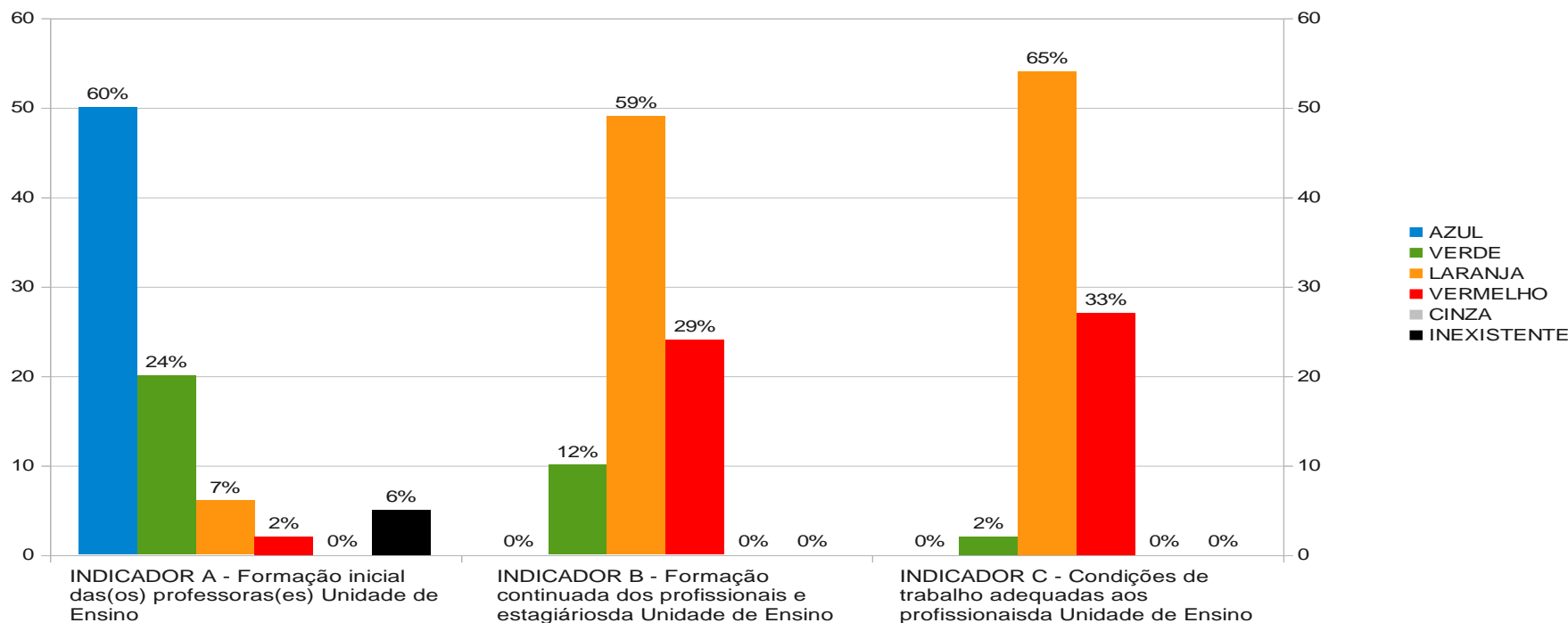
Indicadores

- A – Formação inicial das(os) professoras(es) da Unidade de Ensino
- B – Formação continuada dos profissionais e estagiários da Unidade de Ensino
- C – Condições de trabalho adequadas aos profissionais da Unidade de Ensino



DIMENSÃO VI

Formação e Condições de Trabalho dos Professores e Demais Profissionais



Indicadores

A – Respeito e acolhimento

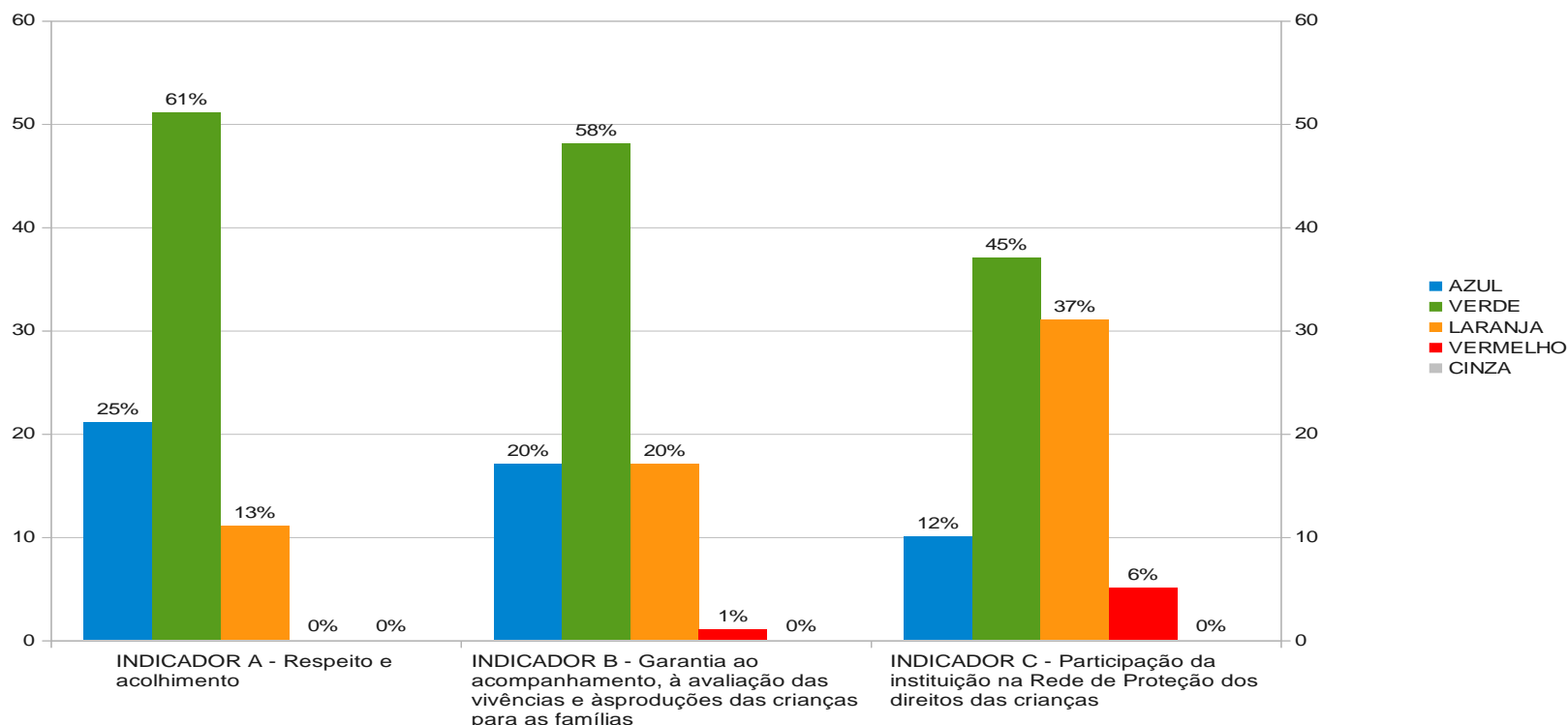
B – Garantia ao acompanhamento, à avaliação das vivências e às produções das crianças pelas famílias

C – Participação da instituição na Rede de Proteção dos direitos das crianças



DIMENSÃO VII

Cooperação e Troca com as Famílias e Participação na Rede de Proteção Social



Alguns desafios...

- Utilização dos resultados no estabelecimentos de políticas públicas articuladas;
- Devolutiva dos resultados a cada Instituição;
- Inclusão de indicadores específicos sobre a experiência do tempo integral nas creches e nas pré-escolas.

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Rogério Silva

Bruna Ribeiro

Denise Carrera / Ananda Grinkraut

Mediação: Silvia Cruz



SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Avaliação do Programa Educação
Infantil do Santander

Rogério Silva

Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

O propósito nesta apresentação é falar da potência da **observação participante** como técnica de investigação nas avaliações de programas e políticas de educação infantil

Construo esta apresentação com base na experiência avaliativa do Programa Educação Infantil do Santander

Há cinco mensagens sobre o uso da observação participante

1. Atua no registro teórico da pesquisa etnográfica
2. Exige pesquisadores em educação permanente
3. É capaz de encontrar relações de causa e efeito
4. Possui elevada capacidade de produzir leituras críticas
5. Favorece a conexão entre avaliação e planejamento (decisão)



Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

Perguntas Avaliativas



1. O programa contribuiu com o fortalecimento da gestão municipal de educação infantil nos municípios parceiros?
2. Em que medida o programa qualificou as equipes técnicas das secretarias municipais de educação dos municípios parceiros em temas centrais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)?
3. Em que medida o programa fortaleceu as práticas de formação continuada propostas pelas secretarias de educação dos municípios parceiros?
4. Em que medida o programa contribuiu na consolidação da concepção de educação infantil expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil?

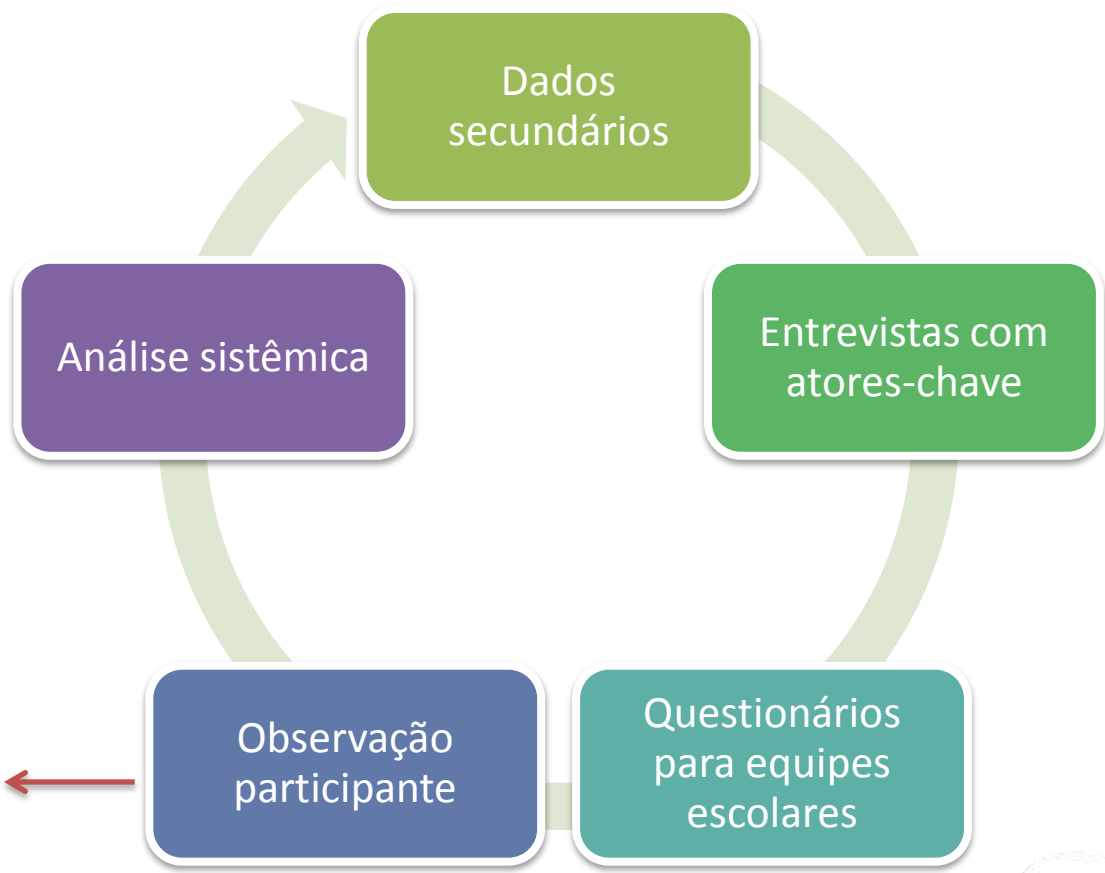


Escutar os atores



Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

**Desenho
Metodológico**



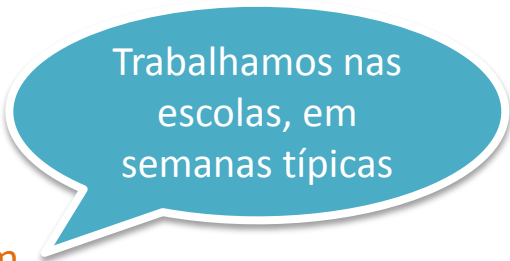
**Enfoque nesta
apresentação**



Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

1. ATUA NO REGISTRO TEÓRICO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA

- **Capacidade de tornar aquilo que é estranho, familiar**
 - tornar o familiar estranho
- **Imersão nos cenários reais onde está o objeto de estudo**
 - onde se dão as práticas sociais, onde os sujeitos vivem
- **Pesquisador como principal instrumento de pesquisa**
 - sujeito com capacidades e implicações
- **Intenção de compreender a realidade cultural produzida pelos sujeitos**
 - funções, relações, padrões, regras...
- **Reconhecimento de que a criança é um sujeito capaz de definir um objeto de estudo**
 - criança que fala, convive, constrói, demanda, recebe...




Trabalhamos nas
escolas, em
semanas típicas

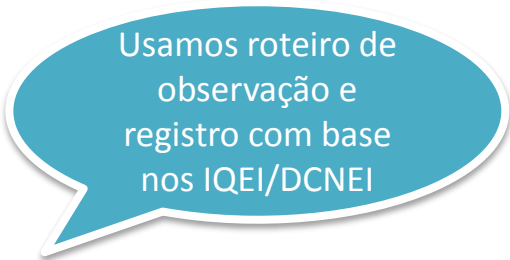
Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

2. EXIGE PESQUISADORES EM FORMAÇÃO PERMANENTE

- **Familiaridade com a realidade da escola de educação infantil**
 - formação teórica e vivência em funções pedagógicas
- **Enquadre ético-político favorável à investigação**



Neste sentido, muita ênfase foi dada para que as visitas não se transformassem em: (a) auditoria, vigília e conferência da realidade; (b) formação técnica dos anfitriões; (c) supervisão da prática pedagógica das unidades; (d) planejamento pedagógico ou construção de projetos; (e) consultoria de desenvolvimento da escola ou rede de ensino; (f) mobilização comunitária ou pesquisa-ação.



Usamos roteiro de observação e registro com base nos IQEI/DCNEI

- **Compreensão do enquadre em que se dá a avaliação**
 - político, teórico, técnico (para capturar “observáveis”)
- **Disciplina para registro com forte ênfase descritiva**
 - preparo de bases para a análise



AValiação DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

3. É CAPAZ DE ENCONTRAR RELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO

- **Compreende o contexto em que a prática pedagógica se insere**
 - permite conhecer a relevância da ação (o que justifica um programa)
- **Reconhece a teoria que sustenta a ação**
 - identifica hipóteses, fio lógico, etapas, expectativas, atores
- **Identifica onde a teoria acontece e onde ela falha**
 - evidencia onde a teoria se sustenta e onde ela muda ou não adere
- **Enxerga as consequências das ações**
 - permite enxergar relações de causa e efeito, para além de relações lineares

Encontramos self-services implementados nas escolas com ênfase na autonomia das crianças

Não encontramos práticas de valorização da “cultura local”

AValiação DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

4. POSSUI ELEVADA CAPACIDADE DE PRODUZIR LEITURAS CRÍTICAS

- **Evidencia os pressupostos das práticas, instituições, grupos, comportamentos**
 - evidencia contradições, preconceitos, cristalizações
 - coloca em cheque o discurso institucional e o socialmente desejável
- **Questiona o discurso que o sujeito tem sobre sua própria prática**
 - confronta discurso e prática, teoria e ação
- **Descreve realidades com vistas a embasar análises**
 - favorece a análise a partir de diferentes instrumentais teóricos

Encontramos equipes escolares que criticam as expectativas das famílias, enquanto encontramos famílias que esperam que a escola os ajude a melhor definir suas expectativas

Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

5. FAVORECE A CONEXÃO ENTRE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO (DECISÃO)

- **Nutre processos de avaliação que se valem também de outros métodos**
 - enriquece o olhar sobre aspectos e fatos íntimos da realidade
- **Identifica mudanças e falhas, avanços e lacunas**
 - permite corrigir ou reforçar as estratégias
- **Demonstra o contexto e os processos, permite julgar a relevância**
 - estimula replicar ou mudar as estratégias
- **Implica os sujeitos com suas práticas**
 - oferece um espelhamento aos atores (como eu vejo o que você faz?)

Constatamos forte necessidade de mudar relação com dirigentes, para que o programa passasse a operar em aliança com as secretarias de educação

Avaliação do Programa Educação Infantil do Santander observação participante

O propósito nesta apresentação foi falar da potência da **observação participante** como técnica de coleta de dados nas avaliações de programas e políticas de educação infantil.

Apresentação feita com base na experiência avaliativa do Programa Educação Infantil do Santander

Foram cinco as mensagens sobre o uso da observação participante

1. Atua no registro teórico da pesquisa etnográfica.
2. Exige pesquisadores em educação permanente.
3. É capaz de encontrar relações de causa e efeito.
4. Possui elevada capacidade de produzir leituras críticas.
5. Favorece a conexão entre avaliação e planejamento (decisão).



OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

ROGÉRIO SILVA

MOVE

rogerio@movesocial.com.br

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

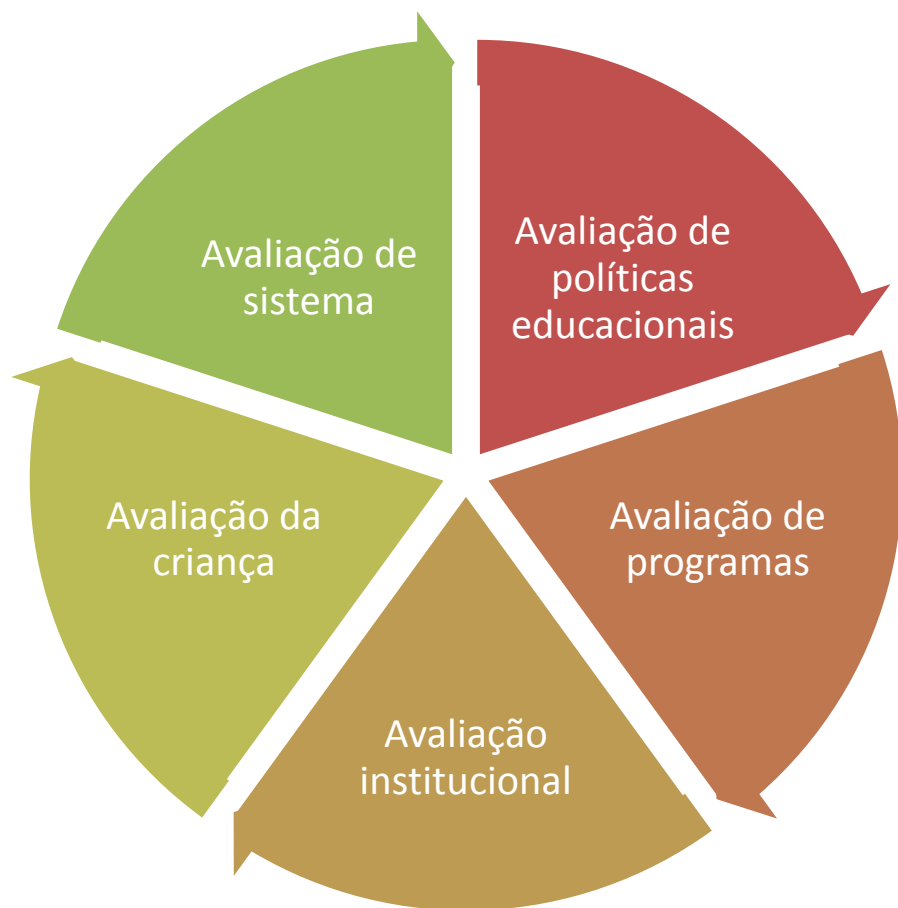
AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Avaliação do Projeto Paralapraca
(Instituto C&A/Avante)

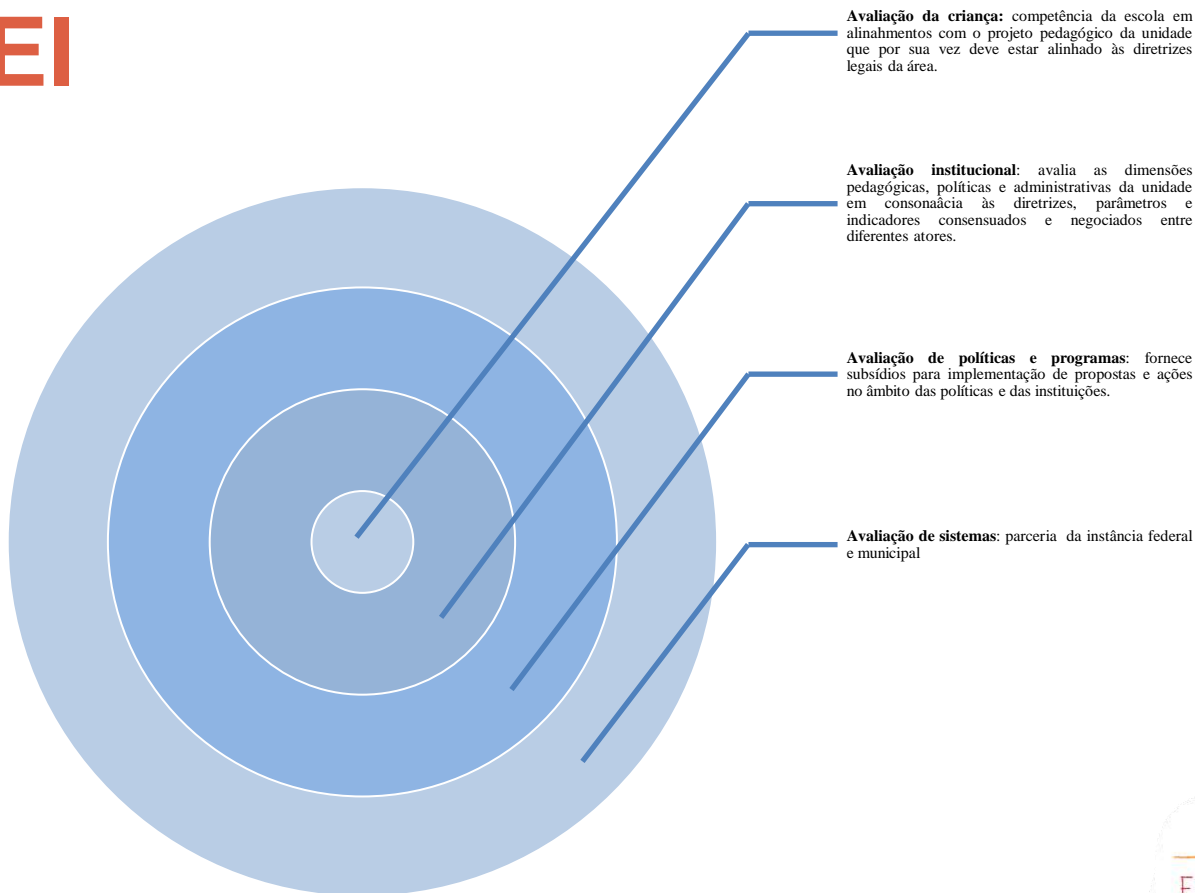
Bruna Ribeiro

Natureza multidimensional da avaliação na/da EI



AValiação DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Co-responsabilidade e parceria entre os diferentes sub-níveis da avaliação em EI



Roteiro

1. O Projeto Paralapracá/PLPK
2. Desenho da Avaliação
3. Resultados preliminares
4. Escuta crianças

Municípios participantes do PLPK

Camaçari- BA

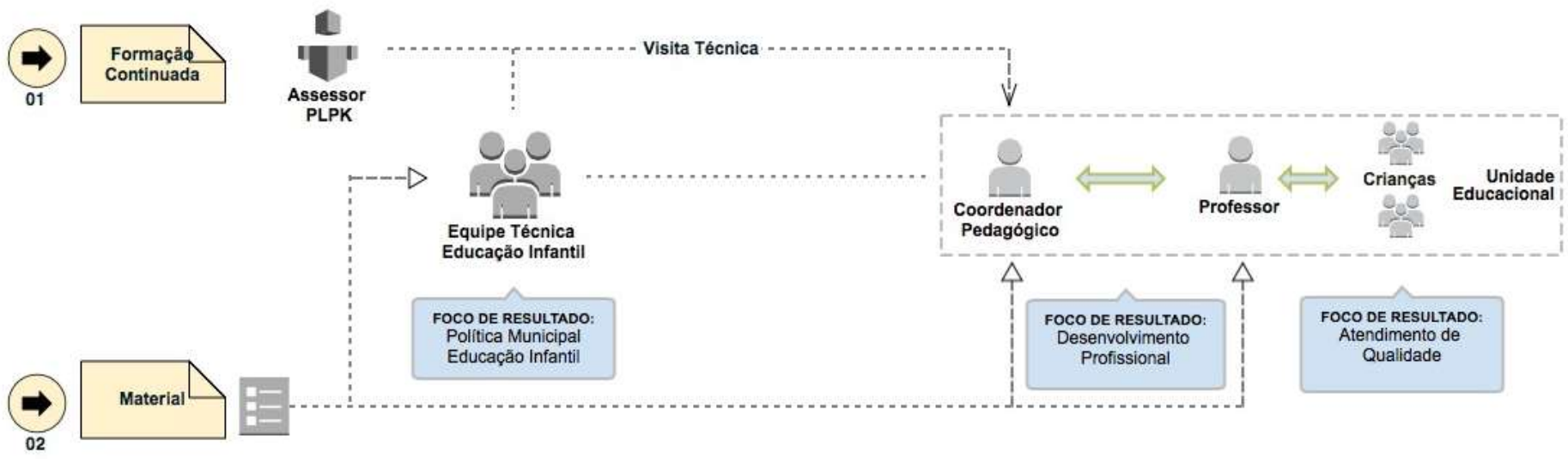
Maceió- Al

Maracanaú- CE

Natal - RN

Olinda - PE

Lógica do projeto PLPK



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Objetivos da avaliação

Perguntas orientadoras

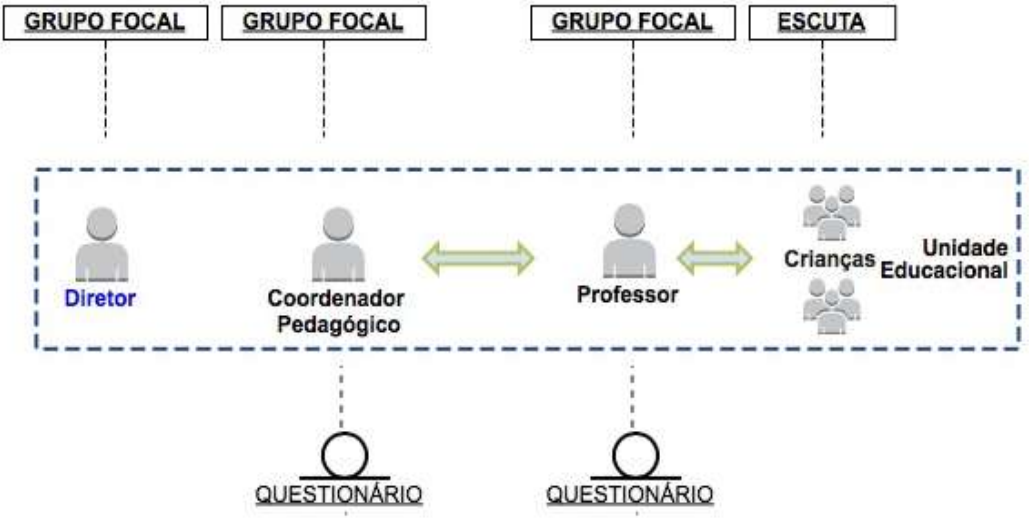
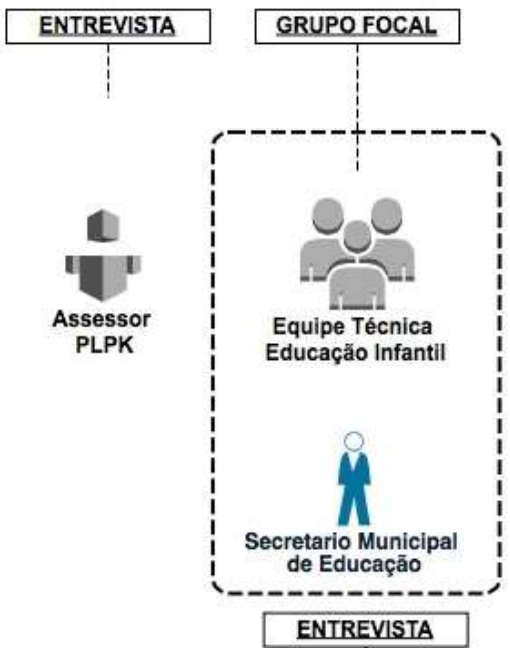
- P1. Qual valor o PLPK agregou para aspectos da política municipal de educação infantil?
- P2. Qual valor o PLPK agregou para o desenvolvimento profissional de Coordenadores Pedagógicos e Professores que atuam na educação infantil?
- P3. Qual valor o PLPK agregou para o atendimento de qualidade a crianças de 0 a 5 anos das redes públicas municipais?

Matriz Orientadora da Avaliação

Síntese da Matriz de Avaliação

Política municipal de educação infantil	Desenvolvimento profissional	Atendimento de Qualidade
a. Atores, PME e orçamento	a. Perfil dos profissionais	a. Organização do Espaço
b. Organização da Rede	b. Percepções sobre seu papel e sobre Educação Infantil	b. Rotinas
c. Acompanhamento, supervisão e avaliação das escolas	c. Planejamento, acompanhamento e avaliação	c. Multiplicidade de experiências e linguagens
d. Seleção, aquisição e distribuição de materiais.	d. Relação CP – Diretores - Professores	d. Relação com família e comunidade
e. Formação Continuada		e. Interação
f. Orientações curriculares		

Avaliação PLPK: Metodologias de Coleta de Dados

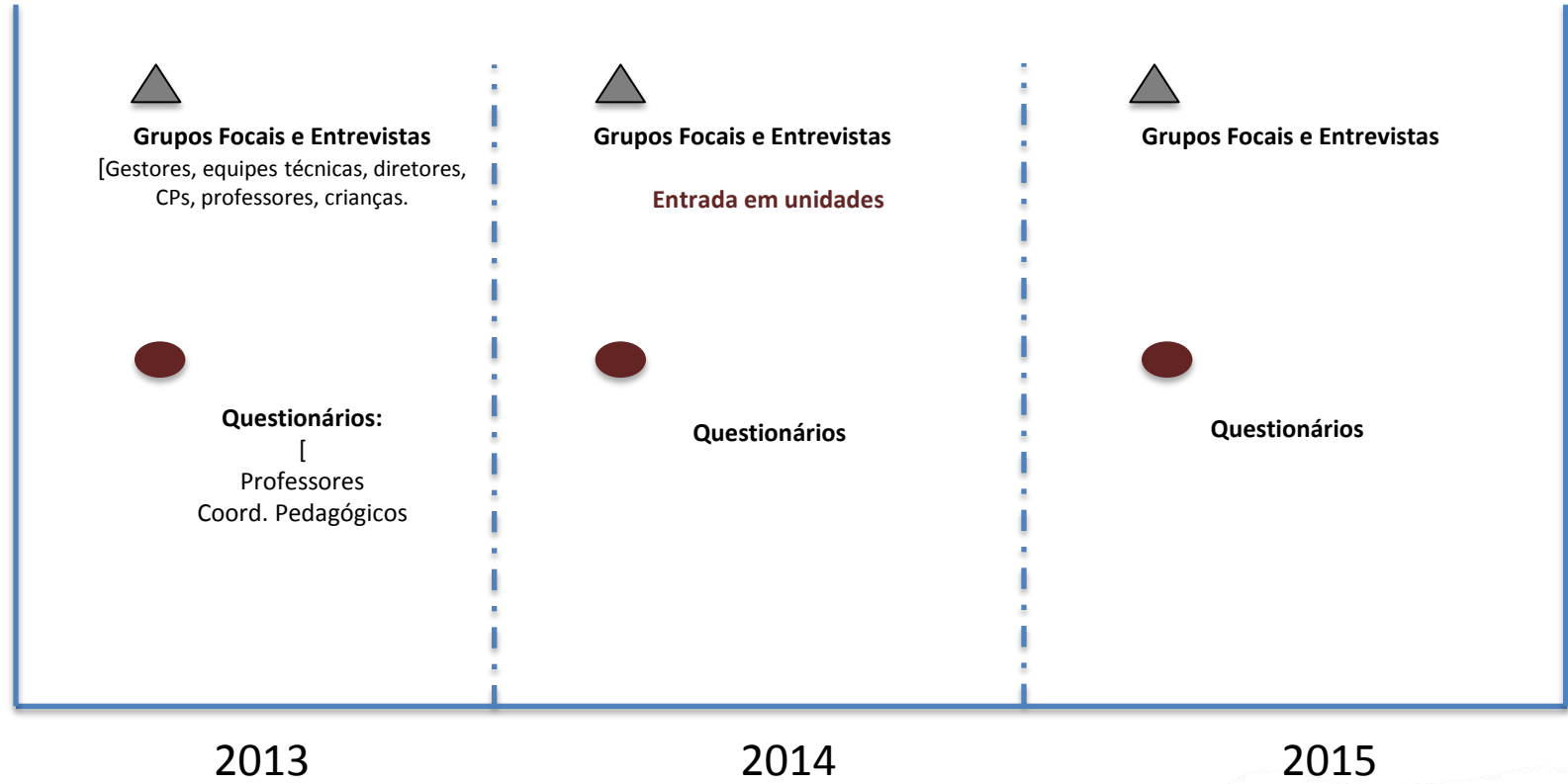


AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Visão Longitudinal do Processo de Avaliação

Início do PLPK

Término do PLPK



Amostra qualitativa

Sujeito	Modalidade	Número total de participantes
Secretário de Educação	entrevista	05
Supervisora PLPK	entrevista	05
Assessora PLPK	entrevista	05
Equipe Técnica EI -SME	grupo focal	32
Diretores	grupo focal	81
Coordenadores Pedagógicos	grupo focal	111
Professores	grupo focal	80
Crianças	Roda de conversa	81
Total Geral: 400		

Amostra questionários

	Questionários	Professores	Coordenadores	Total de UEs
Total	Enviados	1950	423	362
	Respondidos	1588	345	338
	%	81%	82%	93%

Resultados preliminares



Devolutivas:

Debate presenciais dos dados em todos os municípios + relatório técnico + sumário executivo

Perfil profissionais e unidades

Município	Exerce a função de CP				
	A	B	C	D	E
Somente na EI	58%	9%	63%	63%	49%
EI e demais etapas	42%	91%	37%	37%	51%

- Escolas Bases/mães/sede X Anexas.
- Diretoras e coordenadoras dividindo seu tempo entre diferentes unidades e modalidades.
- EI fica em segundo plano diante das demandas do Ens. Fundamental.

"O 6º ao 9º ano consome muito... Indisciplina, faltas de professores, não sobra tempo para EI" (GF CP)

"Eu oriento a só me ligarem em casos extremos"(GF diretor)

*"Eles também só me procuram em casos extremos, fico tranquila, elas conseguem tocar o trabalho sozinhas"
(GF diretor)*

“Eu encontrei dia desses minha diretora na padaria e ela não me reconheceu! Trabalho há quatro anos e meio na escola e ela não me conhece...eu fico no anexo!”

(Professora EI – Unidade Anexa)

“Olha a diretora da escola do meu irmão!”.

(criança da unidade anexa, referindo-se à diretora da “escola base”)

Seleção, compra e aquisição de brinquedos

*“A gente não espera nada da Base,
fazemos vaquinha para tudo”*

GF professores

*“Brinquedo aqui depende das
doações da comunidade. Então
às vezes tem e às vezes não
tem”*

GF coordenadores pedagógicos.

*“Doamos brinquedos que nossos
filhos não querem mais”*

GF professores

*“esse brinquedo é pra brincar só
no cantinho ou na mesa”*

RC crianças



Políticas de avaliação do EF e suas repercussões na EI

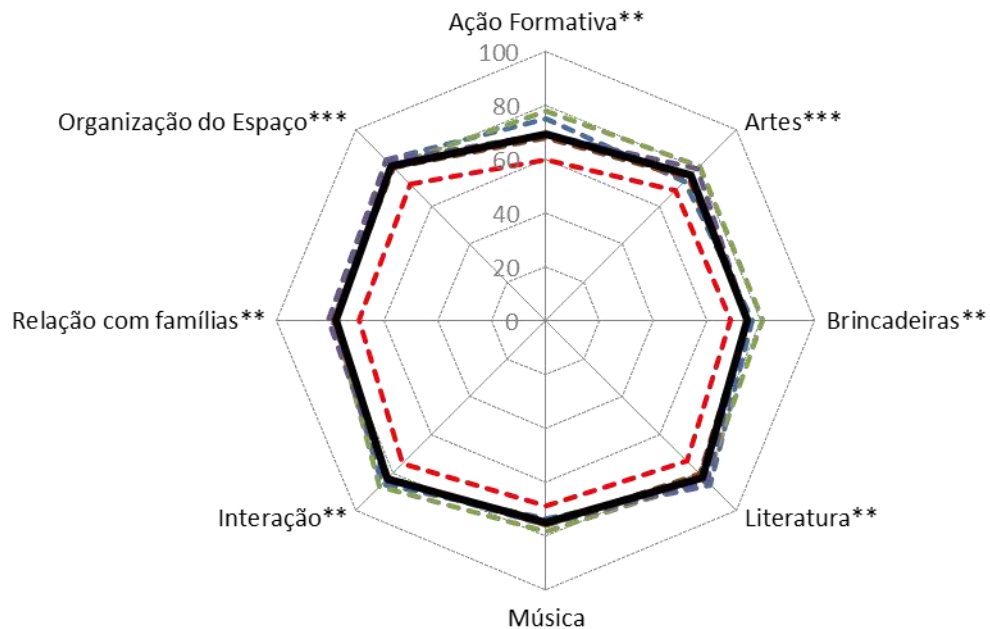
- Salas anexas ao EF, trabalhando em “parceria” para alcance coletivo de premiações (Bônus aos profissionais para que as crianças do 1º ano EF sejam alfabetizadas):

“a gente ajuda para que o aluno facilite a vida da colega (professora do 1º ano), e eu vou ser reconhecida porque o meu aluno saiu da EI sabendo escrever.

*“12 alunos do nosso pré saíram lendo, então acho que nossa escola vai ganhar o prêmio”.
(GF coordenadores do anexo)*

“No caso da minha escola, a gente já prepara a criança pra Provinha Brasil que ela vai ter no segundo ano, porque se ela vai mal aí culpam a creche.” – GF professores

Percepção das práticas: professoras



	Ação Formativa	Artes	Brincadeiras	Literatura	Música	Interação
Geral	69%	76%	75%	82%	75%	83%

Itens de composição dos Indicadores

Indicadores Brincadeiras

1. Propor brincadeiras às crianças.
2. Participar das brincadeiras sempre que as crianças pedem.
3. Acatar as propostas de brincadeiras feitas pelas crianças.
4. Deixar as crianças escolherem as próprias brincadeiras.
5. Utilizar brincadeiras que estimulam solução de problemas.
6. Deixar as crianças brincarem com autonomia
7. Utilizar diferentes materiais e objetos para estimular brincadeiras.
8. Pesquisar e apresentar às crianças brincadeiras que expressem a cultura do município e da região.
9. Estimular as crianças a confeccionarem os próprios brinquedos.

O olhar das crianças sobre as unidades de Educação Infantil

O que revelam as falas, os silêncios, gritos, correrias, desenhos, fotos, corpos e brincadeiras das crianças?



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Etapas previstas

Objetivo: compreender como as crianças percebem e vivenciam o dia a dia em suas instituições de educação infantil.



Total: 81 crianças

Revelam sobre a organização dos espaços e ambientes...

“Ah... Essa sala podia ser mais colorida, ter figurinha na parede, computador para jogar, laptop...”

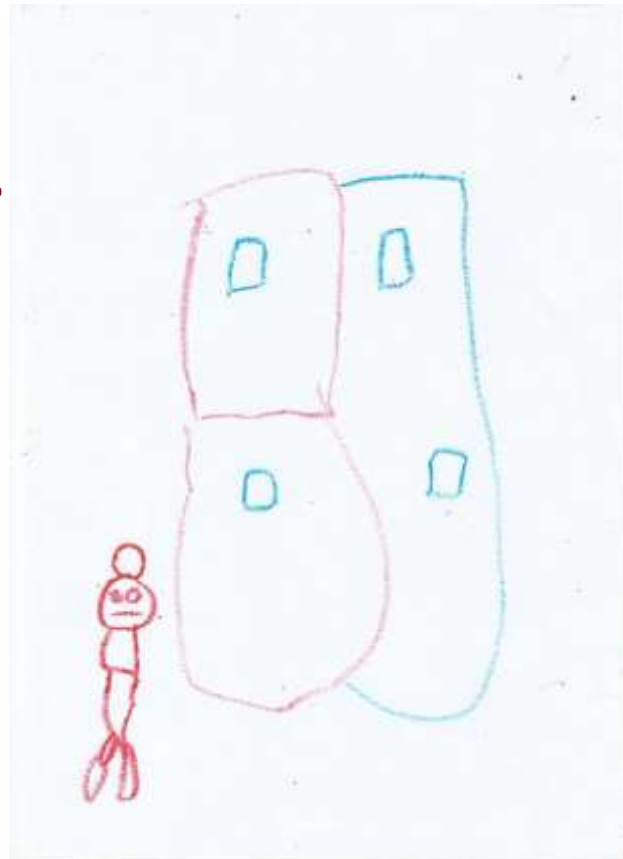
“É, bem que podia ter uma corzinha aqui, né tia?”





Revelam sobre a organização das rotinas...

*“No recreio a gente sai correndo tudo. A gente não brinca mais no parque porque a pró não deixa. Ela não pode vigiar aqui no fundo e lá no parque ao mesmo tempo”
(RC crianças)*



Revelam desejos...

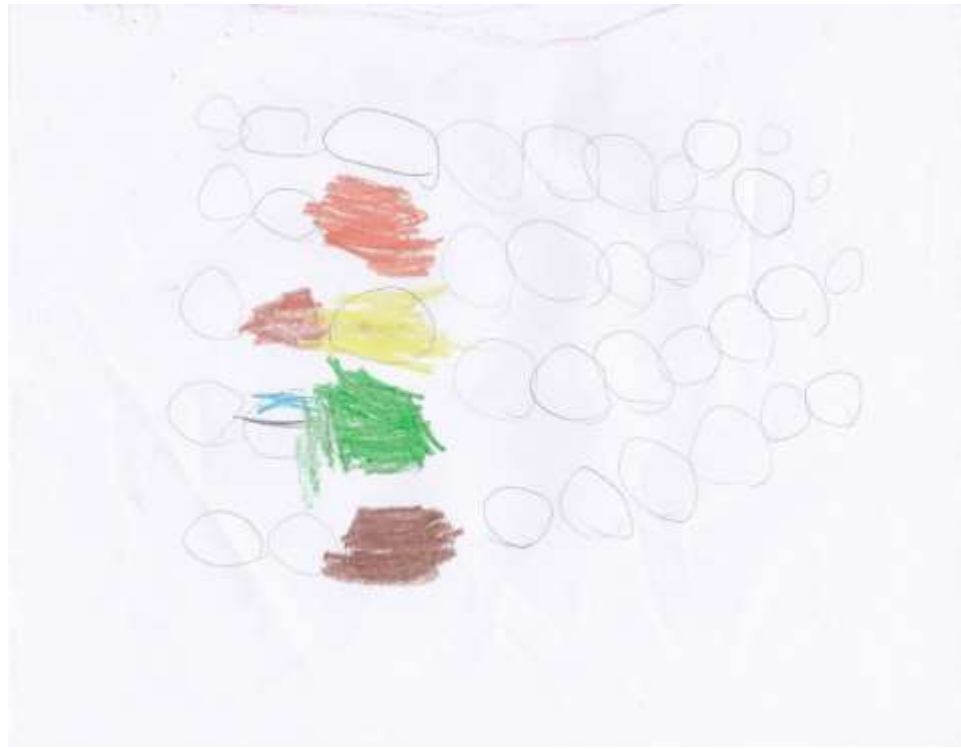
“A gente fica triste sem tinta”



“Eu queria estudar na escola do Carrossel: lá tem árvore, estilingue de pau, era grande. Só que a diretora era muito chata”. (RC crianças)

“A professora Helena do Carrossel é mais legal porque não briga.” (RC crianças)

Revelam sobre as práticas cotidianas e também a ausência delas...



Revelam sobre a construção da identidade...

“Eu tô me fazendo bonita e loira”



A unidade de educação infantil pelo olhar de Ryan

Uma possibilidade de pesquisa com crianças

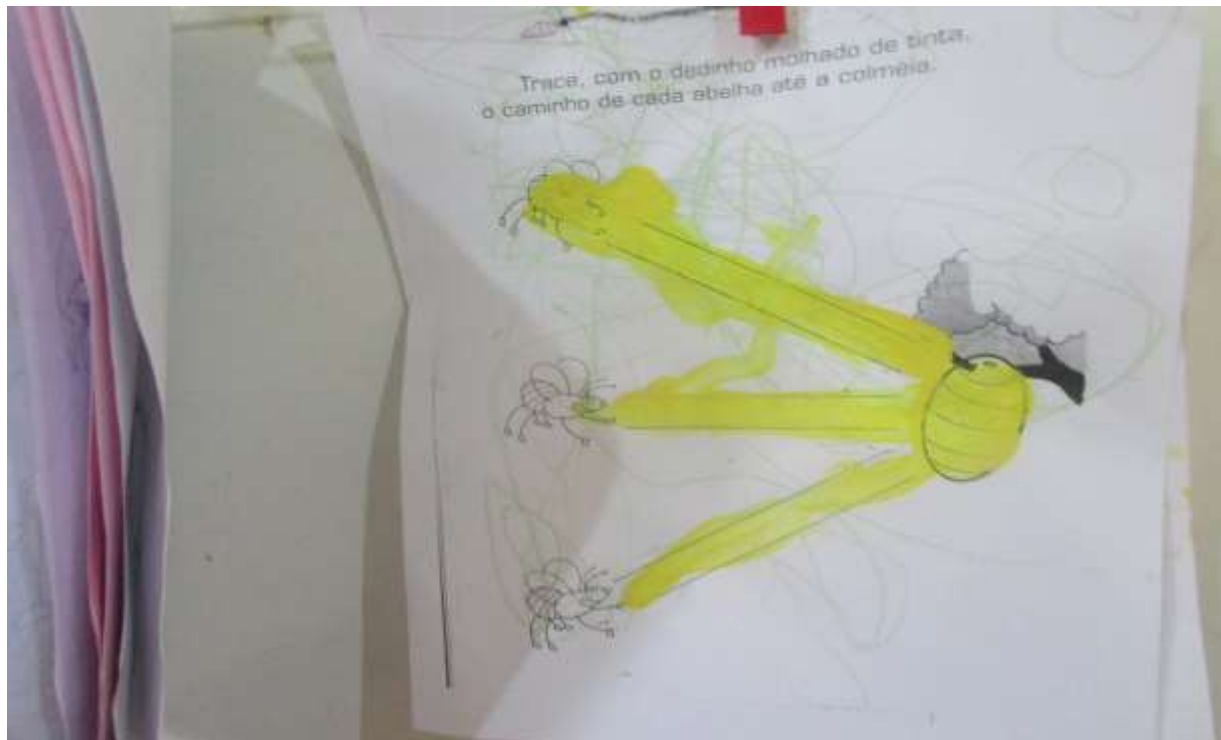


“Minha sala!”



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

“Tem que estudar pra fazer tarefa direitinho, pra atravessar a rua...”



“Vamos na sala dos bebês que tem um monte de brinquedos... Ô lá, tia!!!”



“aqui não pode entrar..”



“Aqui que a gente brinca...”



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

“(...) aqui que as tias ficam conversando quando a gente” brinca”



“Aí não pode ir não tia...”



“(...) se não machuca!”



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

“aqui que a gente come”



“(...) é as tia que faz...”

“os bebês que num sabe comê”



“Aqui é pra’ gente [beber água] e ali pros’ cachorros”



O menino fotógrafo



Ponderações sobre a metodologia

Princípios referentes à avaliação em EI que vem sendo perseguido por diferentes programas e iniciativas em diferentes países e cidades. São eles:

Tradição da avaliação das condições ofertadas as crianças com foco no contexto educativo.

Compreensão de que a avaliação DA educação infantil não foca na avaliação do nível de competência da crianças.

Discussão de qualidade apoiada em claros referenciais expressos em indicadores de qualidade.

Avaliação realizada de forma negociada e compartilhada entre diferentes atores.

Instalação de uma sistemática de avaliação para consolidação de uma cultura da avaliação.

Escuta de crianças como dispositivo político central e recurso metodológico potente, mas exigente de mediação qualificada.

As possibilidades de escuta de crianças são múltiplas: iconografia, narração oral, fotos. Todas geraram dados relevantes.

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

BRUNA RIBEIRO

MOVE

bruna.ribeiro@movesocial.com.br

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Uso dos **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** na política de avaliação da/na Educação Infantil

Denise Carrera / Ananda Grinkraut

Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil na política de avaliação da/na Educação Infantil

Seminário Avaliação da Educação Infantil
17 de setembro de 2014



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Organização da apresentação



- Fundamentos para a elaboração da proposta metodológica
 - Contexto do debate sobre avaliação na/da educação infantil no país
- As etapas da proposta metodológica
- Questões e desafios: reflexões iniciais

O que são os Indicadores da Qualidade na Educação?

- São um instrumento de autoavaliação das creches e escolas.
- Tem como objetivo envolver toda a comunidade escolar em processos de melhoria da qualidade educativa.
- O instrumento consiste numa proposta metodológica de avaliação participativa e em um conjunto de indicadores por meio dos quais a comunidade analisa a situação de diferentes aspectos de sua realidade, identifica prioridades, estabelece planos de ação, implementa e monitora seus resultados.

Coleção Indicadores da Qualidade na Educação



AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL
na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças



Grupo coordenador

Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

- Ação Educativa
- MEC / SEB / Coordenação Geral Ed. Infantil
- Unicef
- Undime

Fundamentos para a elaboração da proposta

- Contexto do debate sobre avaliação na/da educação infantil no país
- Documento produzido pelo Grupo de Trabalho MEC (Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação)
- Monitoramento do uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil
- Iniciativa De Olho nos Planos: uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão dos Planos de Educação
- Comentários e sugestões – Grupo Técnico dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

Contexto do debate sobre avaliação na/da educação infantil no país

- Plano Nacional de Educação

- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (art. 11)

- Meta 1 - estratégia 6:

1.6) implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes

- Debates suscitados a partir da proposta de uso da ASQ-3

- Expressaram tensões presentes nesse campo

- Inúmeras críticas apresentadas por pesquisadores e educadores da área

Contexto do debate sobre avaliação na/da educação infantil no país

Grupo de trabalho MEC (2012)

Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação - Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria número 1.147/2011, do Ministério da Educação

Grupo de trabalho INEP (2013)

Fundamentos para a elaboração da proposta

Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação

Propõem-se a construção de uma sistemática de avaliação da educação infantil, que compreenda a avaliação como atividade inerente à execução das políticas e programas, que a considere como processo e não como uma atividade pontual, e busque coletar subsídios para o contínuo aprimoramento do atendimento nessa etapa da educação. Essa sistemática deve, portanto, romper com uma lógica meramente formal das avaliações e estimular seu uso para induzir ações, redirecionar trajetórias, subsidiar decisões e formular políticas e planos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 11).

Fundamentos para a elaboração da proposta

Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação

Algumas das recomendações:

- a continuidade de desenvolvimento de estudos e propostas que possam subsidiar a implantação e aprimoramento da avaliação da educação infantil”;
- divulgar amplamente, por parte do MEC/SEB, “padrões de qualidade, a partir dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, assegurando sistemática de envolvimento do órgão executivo do respectivo sistema de ensino”

Fundamentos para a elaboração da proposta

Monitoramento do uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

- Realizado em 2011
- Participação:
 - 2471 Secretarias Municipais de Educação
 - 7274 unidades de Educação Infantil
 - 179 Conselhos Municipais de Educação
 - 14 Fóruns de Educação Infantil em cinco estados
 - 18 docentes do Ensino Superior

Fundamentos para a elaboração da proposta

Monitoramento do uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

- Ter como referência os Indicadores e os resultados de seu monitoramento na definição de política de Avaliação de Educação Infantil.
- Elaborar estratégias de avaliação da gestão da Educação Infantil.
- Investir mais e com urgência no envolvimento das Secretarias Municipais de Educação na implementação da proposta dos Indicadores.
- Divulgar amplamente a concepção de autoavaliação presente nos Indicadores para outros públicos de interesse.
- Ampliar os estudos que permitam aprofundar o conhecimento sobre os diferentes usos dos Indicadores apontados no Relatório.

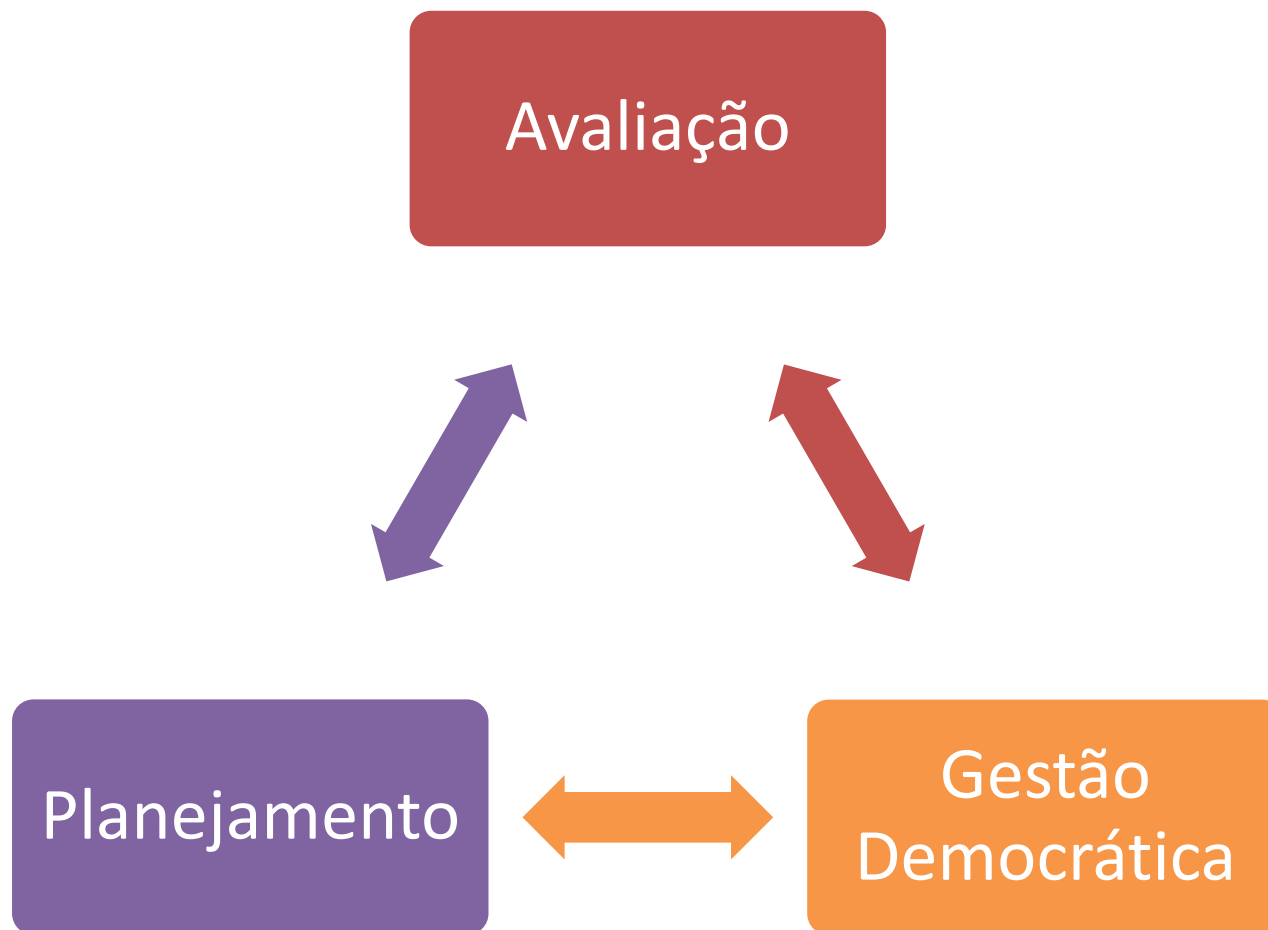
Fundamentos para a elaboração da proposta

Publicação: O uso dos Indicadores da Qualidade na Educação na construção e revisão participativas de Planos de Educação

- Compõe a iniciativa De Olho nos Planos
- apresenta uma proposta metodológica inovadora de uso da coleção Indicadores para fins de formulação e monitoramento de políticas públicas.



Fundamentos para a elaboração da proposta



Objetivos

Organizar, implementar e sistematizar uma metodologia de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil que visa captar aspectos da realidade educacional ainda pouco abordados, que provoquem mudanças concretas no cotidiano escolar e nas políticas educacionais e que mobilizem a sociedade em prol da melhoria da qualidade da educação, na perspectiva de ampliar a demanda social por direitos e a garantia do direito à educação.

Objetivos

Proporcionar subsídios para o debate e formulação de uma política nacional de avaliação da/na educação infantil

Aprimorar a política de educação infantil no município

Elaborar planos de ação das unidades de educação infantil

Elencar propostas para a política de educação infantil

Critérios para escolha do município

- viabilidade de acesso para a coleta de dados (frequência necessária de visitas para execução conjunta do Projeto)
- interesse e disponibilidade por parte da gestão municipal em participar do Projeto
- existência de atendimento às crianças pequenas, dos zero aos cinco anos de idade
- existência de uma rede de atendimento à educação infantil, que contemple unidades educacionais públicas e privadas conveniadas
- número de habitantes superior a 200 mil
- existência de Sistema Municipal de Educação
- adesão de uma amostra de unidades de educação infantil para a realização do uso dos Indicadores e subsídio na construção da política de avaliação da educação infantil

Etapas do projeto

Etapa 1: Preparação do processo e garantia de condições concretas para o uso dos Indicadores

Etapa 2: Mobilização das comunidades escolares, construção do diagnóstico do município e de categorias para o tratamento das informações

Etapa 3: A organização e sistematização das informações do uso dos *Indicadores* para o diagnóstico e levantamento de propostas para a política de Educação Infantil

Etapa 4: Canais para fluxo do processo, fortalecimento da gestão democrática e avaliação como processo permanente

Etapa 5: A devolutiva para as unidades de educação infantil sobre os resultados do processo de avaliação participativa

Etapa 1: Preparação do processo e garantia de condições concretas para o uso dos Indicadores

- Lançamento público do processo.
- Formação de técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SME) e das Unidades para o uso dos *Indicadores*.
- Criação de uma Comissão na SME para o acompanhamento das ações:
 - planejar, organizar os procedimentos e acompanhar os processos;
 - propor a agenda de realização das ações de autoavaliação participativa para o conjunto das unidades;
 - acompanhar a realização da autoavaliação;
 - sistematizar os dados oriundos das unidades (diagnóstico e plano de ação);
 - divulgar informações sobre o andamento do processo no município;
 - apoiar a elaboração do Plano de Ação da SME e proceder à devolutiva para as comunidades escolares.

Etapa 1: Preparação do processo e garantia de condições concretas para o uso dos Indicadores

- Previsão orçamentária para as ações e devolutivas
- Mapeamento de práticas realizadas pelas unidades e pela gestão municipal

Etapa 2: Mobilização das comunidades escolares, construção do diagnóstico do município e de categorias para o tratamento das informações

- Construção do diagnóstico do município
- Definição de categorias de tratamento para as informações geradas pela autoavaliação, relacionando com outras informações
- Organização de instrumento eletrônico para o recebimento e tratamento das informações

Etapa 2: Mobilização das comunidades escolares, construção do diagnóstico do município e de categorias para o tratamento das informações

- Aplicação da proposta contida nos *Indicadores*
 - Constituição de comissões de acompanhamento por unidade educacional
 - Elaboração Plano de Ação da UE (as informações são da escola)
 - Seleção e envio de questões relacionadas à gestão municipal

- ❖ Etapa a ser realizada com muito cuidado: trabalho de parceria entre as unidades e a SME
- ❖ Adesão das unidades (opcional): importância do trabalho, mas respeito às UEs que optarem pela não participação
- ❖ Garantia das condições necessárias para a efetivação do processo

Etapa 3: A organização e sistematização das informações do uso dos Indicadores para o diagnóstico e levantamento de propostas para a política de Educação Infantil

- Organização, pelas unidades, das informações coletadas
- Elaboração de instrumento de coleta de informações que possa ser acessado e atualizado permanentemente pelas unidades

Perguntas orientadoras para o envio de informações à gestão municipal:

- ❖ quais são os problemas e propostas revelados a partir do uso dos *Indicadores* que estão relacionados com as políticas públicas?
 - ❖ o que pode ser feito pela gestão municipal para melhorar o trabalho das unidades e ampliar o atendimento, com qualidade, à população?
- Elaboração de recomendações para a política de educação infantil do município

Etapa 3: A organização e sistematização das informações do uso dos Indicadores para o diagnóstico e levantamento de propostas para a política de Educação Infantil

Trabalhar a partir de um conceito de qualidade ancorado em quatro âmbitos:

Acesso – ampliação da oferta e estímulo à manifestação da demanda por direito à educação.

Insumos – condições objetivas de realização do trabalho educacional e pedagógico.

Processos – ações continuadas e articulação entre as políticas públicas.

Equidade – superação de desigualdades e das discriminações e valorização da diversidade.

Etapa 4: Canais para fluxo do processo, fortalecimento da gestão democrática e avaliação como processo permanente

- Articulação da avaliação, do planejamento e da gestão democrática
- Criação de canais de comunicação, execução e divulgação, que permitam a retroalimentação do processo
 - Troca de informações, de apreciações e de planos de ação entre as unidades e a gestão municipal da Educação
 - Consolidação de uma política permanente de avaliação e autoavaliação

Exemplos de informações para integrar esses canais de diálogo:

- calendários de autoavaliação
- ações definidas pelas políticas públicas para a qualificação da oferta
- agendas da educação
- formas de participação dos diferentes agentes envolvidos nos cuidados e na proteção da infância
- instrumentos legais e orçamentários previstos na gestão da política educacional

Etapa 5: A devolutiva para as unidades de educação infantil sobre os resultados do processo de avaliação participativa

- Mecanismos e ações que respondam às demandas:
 - Definição de prioridades
 - Definições sobre as responsabilidades nas ações e os tempos de execução
- Monitoramento das recomendações apresentadas

Questões e desafios

Tempos e condições institucionais

- Como a participação muitas vezes se restringe a declaração de um princípio, e não como algo planejado, não são garantidas condições institucionais e o tempo necessário para que a participação se concretize de forma mais ampla.
- Predomínio da participação figurativa ou controlada.
- Horário de reuniões, plenárias, audiência, conferência – tensão entre os tempos da gestão X dos profissionais de educação X tempo das famílias.
- Limitado investimento na construção de políticas intersetoriais.

Questões e desafios

Famílias

Predominantemente, há uma forte desqualificação das famílias como atores do processo (sobretudo, das famílias pobres e negras).

Jogo de culpas: escolas X famílias

Predomínio de uma visão de família idealizada centrada no modelo nuclear (gênero/raça/sexualidade).

Horários das reuniões, plenárias, etc.

Pouca disposição em inovar em mobilizações, metodologias e formatos mais amigáveis para famílias e outros sujeitos que não os do campo educacional.

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

AÇÃO EDUCATIVA

denise.carreira@acaoeducativa.org

ananda.grinkraut@acaoeducativa.org

claudia.bandeira@acaoeducativa.org

Maria M. Malta Campos

Catarina Moro

Mediação: Mônica Appezzato Pinazza



SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Avaliação em educação infantil
numa perspectiva democrática

Maria Malta Campos

Nossa caminhada

- Em pouco mais de duas décadas, construímos um arcabouço legal e institucional para a Educação Infantil no Brasil
- São muitos documentos orientadores, que resultaram de muitas iniciativas, mobilizações, discussões, pesquisas e experiências
- É importante lembrar esse acervo, que registra essa caminhada, desde a Constituição de 1988
- Também é importante contrastar o conteúdo desses documentos com a realidade do atendimento que existe hoje na EI em nosso país

A distância entre o escrito e o praticado

- Essa distância existe tanto no plano das políticas, nacionais e locais, quanto no plano das práticas cotidianas com as crianças pequenas em creches e pré-escolas
- No plano legal, fixamos estruturas, padrões, metas, mas não adotamos medidas e instrumentos de monitoramento, fiscalização e penalização que pudessem garantir a efetivação desses padrões e metas
- Há previsão no FUNDEB para a EI, mas não há medidas para garantir que o emprego das verbas repassadas aos municípios respeite os critérios de distribuição dos recursos previstos para cada etapa da EB
- O papel da justiça tem sido importante, mas ainda falta definir melhor o tipo de incidência que sua ação deveria ter sobre a gestão pública das redes de EI

A distância entre o escrito e o praticado

- Na formação dos professores, as instituições de ensino superior ainda não encontraram formas de organização curricular que contemplem as necessidades dos futuros professores e gestores de EI
- Uma grande parcela dos professores é formada em faculdades privadas, e não existe ainda uma fiscalização capaz de garantir padrões mínimos de qualidade nessas instituições
- As formas de seleção e contratação de professores e gestores geralmente não incluem avaliações periódicas sobre seu trabalho nas unidades
- Em muitos municípios ainda prevalecem sistemas de contratação de professores e gestores baseados em critérios clientelistas
- Os professores de EI geralmente ganham menos e trabalham mais horas do que os demais, especialmente nas instituições conveniadas e nas creches

A distância entre o escrito e o praticado

- Os documentos orientadores do currículo da EI (nacionais e locais) não balizam a definição dos espaços nas instituições (construções, reformas, mobiliário, materiais, usos, arranjos)
- Os documentos orientadores do currículo de EI não balizam a definição dos tempos na EI (rotinas, horários, calendários, jornada do professor, emprego de serviços terceirizados)
- Os documentos orientadores do currículo de EI pouco orientam o currículo de formação dos professores

A distância entre o escrito e o praticado

- Os documentos orientadores das políticas de EI dedicam pouca atenção à avaliação da EI
- Os documentos orientadores do currículo de EI dedicam pouca atenção à avaliação na EI
- O campo de estudos sobre a EI pouco investiga sobre as práticas de avaliação efetivamente utilizadas nos sistemas e nas unidades
- Os sistemas e as unidades não tem dado atenção ao necessário diálogo escola/família sobre o desenvolvimento das crianças pequenas

O que podemos observar nas propostas e experiências relatadas?

- Existem diferentes perspectivas e graus de abrangência que podem ser adotados para avaliar a educação:
 - A educação e o contexto social
 - Sistemas e redes
 - Unidades, equipes
 - Salas, grupos de crianças, professores
 - Crianças, alunos
- Em cada nível de abrangência, existem diferentes objetivos, metodologias, instrumentos e formas de utilização dos resultados
- Em cada experiência, podemos identificar diferentes filosofias, diversos protagonistas e diferentes destinatários da avaliação

O que mais podemos observar nas propostas e experiências relatadas?

- Para que os direitos da criança possam ser respeitados na sociedade e na escola, muita coisa precisa ser garantida em outros níveis de atuação
- Processos de negociação política, de mobilização social, de planejamento, de gestão, de tomada de decisão, compõem o ciclo das políticas sociais necessárias em qualquer sociedade, especialmente naquelas onde existe um alto grau de injustiça social
- A educação tem um papel importante na construção de uma sociedade mais justa e democrática
- Políticas sociais financiadas com recursos públicos devem estar submetidas ao controle social em uma sociedade democrática

Por uma ética de responsabilidade

- Nós que trabalhamos custeados no todo ou em parte por recursos públicos e/ou comunitários, não deveríamos rejeitar, por princípio, processos de monitoramento e avaliação de nosso trabalho
- Na realidade, deveríamos ser parceiros desses processos, como parte de uma “ética de responsabilidade”
- Para isso é preciso dominar saberes, desenvolver competências e adquirir atitudes que permitam uma participação informada e crítica nesses processos
- Para isso é preciso ter clareza sobre os princípios, objetivos, diretrizes e usos de resultados de avaliação no contexto dos sistemas e das dinâmicas sociais

A responsabilidade e a “transparência”

- A transparência (informação relevante acessível ao público) também precisa ser decodificada
- Há uma distribuição social da capacidade de decodificar dados à disposição do “público”: por exemplo, resultados do IDEB ou do ENEM
- O “público” abrange grupos desiguais na sua capacidade de ver através da “transparência”
- A ética da responsabilidade também incide sobre as diversas formas de utilizar e divulgar resultados de avaliações
- Ainda precisamos caminhar muito na direção de uma democratização da transparência!

Pode a avaliação nos ajudar a encurtar a distância entre o (bem) escrito e o praticado?

- Em suas várias formas e graus de abrangência, a avaliação pode ser um dos meios para isso
- Dependendo da filosofia que a orienta, a avaliação pode ser um instrumento formativo interessante para o trabalho pedagógico e para a gestão da educação
- Mas ainda temos um trabalho grande pela frente para ajustar propostas e metodologias de monitoramento e avaliação ao contexto da EI em nosso país

“Falamos muito sobre o que planejamos fazer – a arena da **formulação** – mas prestamos muito menos atenção a como promover mudanças – a arena da **realização**.”

Lundgreen, apud DAHLBERG, G. A dialogue with the co-author of “the vision of a meeting place”. IN: MOSS, P. (ed.) *Early childhood and compulsory education: Reconceptualising the relationship*. Londres; Routledge, 2013, p. 72-90.

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

MARIA MALTA CAMPOS
mcampos@fcc.org.br

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

Tendências e Desafios da Avaliação
da Educação Infantil no Brasil

Catarina Moro

Qualidade

- E. Becchi (2000)

para os administradores significa balanço positivo da relação custo-benefício, estabilidade e satisfação da clientela, possibilidade de uma sua extensão;

para os profissionais internos garantias das condições de trabalho, riqueza de recursos, “clima” positivo no interior da instituição e relações não conflituais com os pais e familiares e a administração;

para as famílias o fato de que muitos falem – e bem – de tais instituições, que seus filhos estejam satisfeitos e as frequentem com prazer, que sejam lugares acolhedores e esteticamente agradáveis.

Qualidade

- creche não é uma empresa que produz “bens materiais”, mas um órgão que fornece um serviço formativo. Como tal, a sua oferta é “intangível”, as fases de produção e de consumo são contextuais, o próprio “cliente” (crianças, famílias) participa do processo de produção do serviço e, não menos importante, os educadores são não somente aqueles que em primeira pessoa fornecem ofertas educativas, mas também “clientes” do serviço formativo que a creche torna disponível quando os atualiza e os requalifica. (Bondioli, 1999, p.31)

Avaliação e Qualidade

- procedimento técnico a ser realizado da maneira mais correta possível. Quero dizer que a dificuldade intrínseca em toda tentativa de definir a “qualidade” de uma instituição ou de um órgão educativo não pode e não deve excluir por princípio a possibilidade de uma sua avaliação. O tipo de avaliação que se empreenderá dependerá estritamente dessa operação preliminar de definição negociada e compartilhada de qualidade. Se as ideias acerca da “qualidade” resultassem inexprimíveis, também a avaliação resultaria impraticável. (Bondioli, 1999, p.24)

Avaliação Formativa

- processo de conscientização, de aquisição de consciência acerca do próprio fazer, de declaração de intenções acerca do significado de tal fazer, de explicitação das ideias que inspiram o trabalho com as crianças, de definição dos parâmetros de qualidade que se considera realizáveis, de verificação de que tais parâmetros de qualidade tenham sido atingidos, e, enfim, de redefinição do próprio trabalho com base nos resultados do processo avaliativo realizado.
- (...) as formas de avaliação formativa deveriam constituir momentos habituais de discussão, de análise e de replanejamento das próprias instituições.
(Bondioli, 1999, p.26)

Avaliação

- **objetivo** do trabalho avaliativo deveria ser o de favorecer o aumento do nível de qualidade da instituição, promovendo nos diversos sujeitos implicados, atitudes de auto-observação, de discussão sobre dados comparáveis, de aquisição de sempre maior consciência em relação às finalidades, às escolhas, à modalidade de condução do trabalho educativo.
- (...) capacidade de refletir sobre as condições, as circunstâncias, as garantias de tal “qualidade”. Uma cultura da avaliação, entendida como estabelecimento e discussão de indicadores de qualidade, de verificação e apreciação das ações realizadas e como aquisição de consciência acerca das escolhas que guiam e informam o agir formativo, deve, portanto, ser incentivada e encorajada.

(Bondioli, 1999, p.33)

Avaliação

- A busca de conexões, de memória, de restituição da multidimensionalidade da vida cotidiana e da experiência humana, encontra na capacidade de contar a história, a história da creche, a própria história na creche, as histórias das crianças, um modo significativo e significante de produzir saber e portanto de reconhecer os pontos críticos e os aspectos positivos.
- Produzir narração quer dizer descrever mais do que medir e, portanto, chegar por outras vias a uma expressão de juízo sobre a instituição. Quer dizer colocar no centro as professoras, os meninos e as meninas, as mães e os pais.

(Cipollone, 1999, p.20)

Avaliação

- A tarefa da avaliação é promover uma saída do próprio “particular” para assumir uma visão mais articulada e extensa da instituição na qual se atua, uma visão que leve em conta os diversos componentes (organizacional, gerencial, educativo, etc.) que asseguram a qualidade da própria instituição. Avaliar e avaliar-se implica uma atitude de descentralização e de comparação.

(Bondioli, 1999, p.34)

Apontamentos

- o caráter político e a não neutralidade do processo avaliativo, por considerar a natureza construída dos dados avaliativos e situada quanto ao objeto da avaliação;
- a perspectiva democrática e participativa da avaliação, por meio do debate e confronto de ideias entre os envolvidos e interessados na instituição educativa e da ação sinérgica a partir de acordos e consensos construídos;
- a concepção de avaliação como uma prática que permite à instituição educativa refletir sobre si, sobre sua identidade, verificando e consolidando consensos acerca de seu próprio projeto;
- a ênfase ao caráter formativo da avaliação de determinado contexto, o que potencializa a criação de percursos de melhorias, em detrimento do juízo final acerca dos resultados.
- a maior consciência dos profissionais acerca do seu trabalho em relação aos propósitos das práticas educativas; o agir educativo com mais intencionalidade;

Apontamentos

- o *empowerment* profissional, não apenas individual, mas, sobretudo coletivo, do grupo que se envolve nesse trabalho autoavaliativo;
- os instrumentos a serem utilizados para avaliar determinado contexto devem contar com a validação consensual dos envolvidos, independentemente de se tratar de instrumentos já existentes ou de instrumentos a serem construídos *ad hoc*;
- o processo avaliativo como percurso continuado e necessidade de apoio “externo”, com funções de mediação;
- procedimentos avaliativos que incluam o diálogo, o debate e a negociação, reconhecendo conflitos potenciais quanto aos interesses e necessidades dos sujeitos envolvidos como necessários nessa direção...
- avaliar convoca aqueles que, por razões diversas, se sensibilizam e se comprometem com a saúde e o “bem-estar” de uma instituição, o que nos permite pensar em uma “ética da responsabilidade” (BONDIOLI; FERRARI, 2000, p. 21).

NÍVEIS DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE	AÇÕES
Instituição de Educação Infantil	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação • Pesquisa • Análise • Avaliação • Autoavaliação • Envolvimento das famílias • Planos de melhorias • Formação • Experimentação • Monitoramento permanente
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Integração da análise dos aspectos educativos e gerenciais • Análise das relações entre instituições • Melhoria de cada unidade e do conjunto das instituições • Suporte para as escolhas de planejamento e gestão das instituições • Suporte para as escolhas de formação de curta duração do pessoal • Formulação de diretrizes para a seleção, a fiscalização e o credenciamento das instituições privadas • Monitoramento permanente

avaliar convoca aqueles que, por razões diversas, se sensibilizam e se comprometem com a saúde e o “bem-estar” de uma instituição, o que nos permite pensar em uma “ética da responsabilidade” (BONDIOLI; FERRARI, 2000).

OBRIGADO

SEMINÁRIO NACIONAL 2014

AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

na perspectiva da garantia
dos direitos das crianças

CATARINA MORO
NEPIE/ UFPR